

análise de conjuntura

Mercado de Trabalho

VERA MARTINS DA SILVA

p. 3 Vera Martins da Silva faz uma análise da conjuntura econômica brasileira, com enfoque na taxa trimestral de desocupação e no rendimento médio real.

temas de economia aplicada

Tendências Globais e o Futuro do Trabalho: os Requisitos Necessários nas Habilidades dos Trabalhadores

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD

p. 8 José Paulo Zeetano Chahad discute quais serão os requisitos nas habilidades dos trabalhadores decorrentes das tendências globais sobre o mercado de trabalho.

A Margem e o Centro: H. Innis, W. A. Mackintosh e o Particularismo Canadense

JULIO LUCCHESI MORAES

p. 17 Julio Lucchesi Moraes faz um resgate histórico dos anos iniciais do pensamento desenvolvimentista canadense, identificando os autores e as obras fundantes.

A Economia das Bacias Hidrográficas do Plano Nacional de Recursos Hídricos

JAQUELINE COELHO VISENTIN

p. 21 Jaqueline Coelho Visentin estuda o uso da água por parte das atividades econômicas em um recorte regional desagregado, produzindo informações acerca da estrutura econômica das Bacias Hidrográficas.

Achados na Matriz Insumo-Produto da América do Sul para o Ano de 2005

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS

p. 31 Cristina Fróes de Borja Reis analisa as estruturas produtivas e comerciais e os efeitos de encadeamento verificados em uma Matriz de Insumo-Produto Regional feita para a América do Sul.

Lucratividade, Desenvolvimento Técnico e Distribuição Funcional: Uma Análise da Economia Brasileira entre 2000 e 2013

GUILHERME KLEIN MARTINS

p. 40 Guilherme Klein Martins analisa o período entre 2000 e 2013 da economia brasileira utilizando como objeto central a taxa de lucro, olhando para ciclos de médio prazo e alterações na capacidade produtiva e na distribuição do produto.

Relatório de Indicadores Financeiros

NEFIN-USP

p. 49 O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura, utilizando dados brasileiros. Dentre eles, estão o *dividend yield* (um previsor de retornos futuros), o *short interest* (indicador antecedente para o mercado acionário) e o IVol-BR, uma projeção de volatilidade futura do mercado acionário.

economia & história

Ainda Sobre os Escravos Velhos: Novos Rumos e Fontes para a Pesquisa

LUCIANA SUAREZ LOPES

p. 53 Luciana Suarez Lopes continua o relato sobre os escravos velhos na região de Ribeirão Preto. Como destaque, ela cita as listas nominativas, os processos de inventário e as matrículas de escravos como novas fontes de pesquisa.

Observatório do Emprego e do Trabalho

O Observatório do Emprego e do Trabalho oferece aos formuladores de políticas públicas um conjunto de ferramentas inovadoras para aprimorar as possibilidades de análise e de compreensão da evolução do mercado de trabalho.

O Observatório inova a análise do mercado de trabalho em dois aspectos importantes. Primeiro, utiliza um conjunto de indicadores novos, especialmente criados pelos pesquisadores da FIPE, os quais juntamente com indicadores mais conhecidos e tradicionais permitirão um acompanhamento mais detalhado do que ocorre no mercado de trabalho. Segundo, porque estes indicadores podem ser utilizados tanto para analisar o mercado como um todo, quanto para analisar aspectos desagregados do mercado como, por exemplo, uma ocupação ou um município. São indicadores poderosos, que oferecem uma visão de curto prazo e também podem formar uma série histórica. O conjunto de indicadores pode ser usado para acompanhar tanto as flutuações decorrentes das alterações conjunturais de curto prazo quanto as evoluções estruturais de longo prazo. Mensalmente é divulgado um Boletim que apresenta um resumo do que ocorreu no mercado de trabalho do Estado. As bases de dados que originam as informações divulgadas pelo Observatório são: a) CAGED (MTE); b) RAIS (MTE); c) PNAD (IBGE).

O Observatório do Emprego e do Trabalho foi desenvolvido e é mantido em conjunto pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo (SERT) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE).

Para saber mais, acesse:

<http://www.fipe.org.br/projetos/observatorio/>

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri
(Presidente)
Andrea Sandro Calabi
Denisard C. de Oliveira Alves
Eduardo Amaral Haddad
Francisco Vidal Luna
Hélio Nogueira da Cruz
José Paulo Zeetano Chahad
Simão Davi Silber
Vera Lucia Fava

Diretoria

Diretor Presidente
Carlos Antonio Luque
Diretora de Pesquisa
Maria Helena Garcia
Pallares Zockun
Diretor de Cursos
José Carlos de Souza
Santos

Pós-Graduação

Márcio Issao Nakane
Secretaria Executiva
Domingos Pimentel
Bortoletto
Conselho Editorial
Heron Carlos E. do
Carmo
Lenina Pomeranz



Luiz Martins Lopes
José Paulo Z.
Chahad
Maria Cristina
Cacciamali
Maria Helena G.
Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Preparação de Originais e Revisão

Alina Gasparello de
Araujo <http://www.fipe.org.br>

Editora-Chefe
Fabiana F. Rocha

Produção Editorial
Sandra Vilas Boas

análise de conjuntura



Mercado de Trabalho: os Indicadores Continuam Péssimos, Mas a Reforma Trabalhista Traz Novas (e Lentas) Perspectivas

VERA MARTINS DA SILVA (*)

Em meio à frágil recuperação econômica, o mercado de trabalho parece estar encontrando o piso do desemprego. Espera-se uma recuperação daqui para frente, ainda que tardia e lenta, muito lenta. Mas, dada a situação econômica do país, qualquer notícia, mesmo que com conteúdo informativo dramático, ainda é uma pequena luz no fim do túnel. Conforme as informações da FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a *Taxa de Desocupação*, ou seja, o percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade desocupadas em relação à força de trabalho, permaneceu constante entre os dois últimos trimestres, passando de 13,2% entre dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 para 13,7% entre março e maio de 2017.¹ Se essa é a boa notícia (*sic*), a má notícia é que,

em relação ao mesmo trimestre de 2016, houve aumento da *Taxa de Desocupação*: entre março e maio de 2016, a *Taxa de Desocupação* foi estimada em 11,2%. Ou seja, em um ano a situação no mercado de trabalho deteriorou-se substancialmente, em linha com o que ocorreu com a produção interna, também estimada pela FIBGE através do PIBt – Produto Interno Bruto Trimestral, onde o Investimento despencou e o Consumo das Famílias retrocedeu.

Neste trimestre de março a maio de 2017 o número de desocupados foi estimado em 13,8 milhões, 20,4% acima do mesmo período de 2016, ou seja, 2,3 milhões de pessoas passaram a ser *desocupadas* pelos critérios da pesquisa. Não é à toa que o Consumo das Famílias,

estimado em nível macro, sofreu uma redução; isto tem puxado para baixo uma série de preços, o que, por sua vez, ajuda a conter a inflação (Ver Gráfico 1 para visualizar a evolução da *Taxa de Desocupação* desde 2012). Fica evidente que é a partir de 2015 que essa taxa piora, mas neste início de 2017 há uma estabilidade e, quem sabe, haverá uma retomada da geração de empregos, embora vagarosamente.

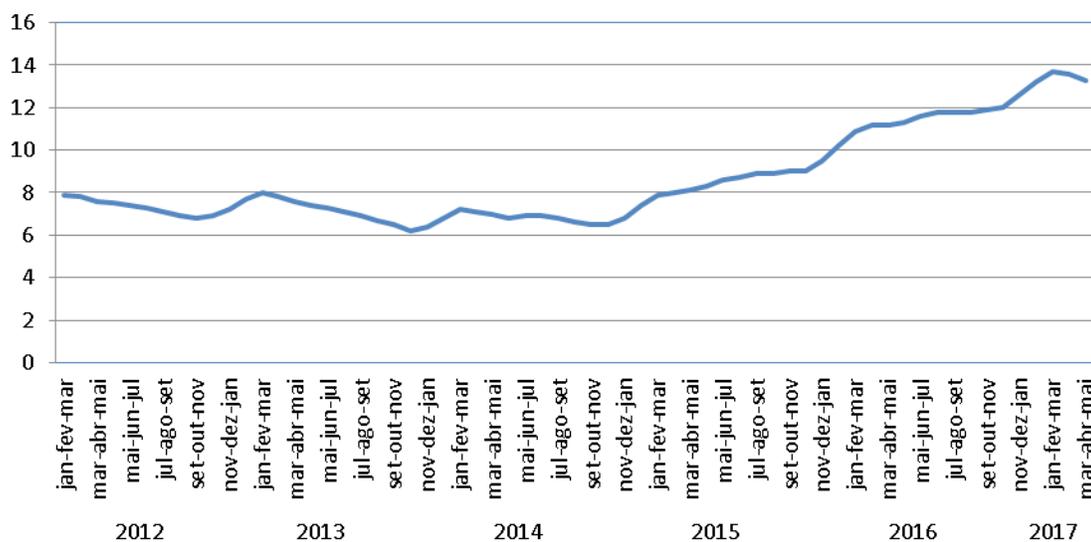
Então, se de fato há o que se comemorar em relação à tal estabilidade da *Taxa de Desocupação* e do número de desocupados nesta comparação de curtíssimo prazo, há que se notar que a estabilidade da *Taxa de Desocupação* mostra um reflexo da situação de penúria da economia brasileira, havendo uma redução do número de pessoas ocupadas na

comparação entre os mesmos períodos de 2016 e 2017, com uma queda de 1,2 milhões da População Ocupada, ou seja 1,3%. Praticamente metade desse grupo de pessoas acabou saindo mesmo da *Força de Trabalho*, que inclui os que estão ocupados e os que procuram trabalho. Na comparação entre março/maio de 2016 e março/maio de 2017, sobre aqueles que estavam fora da *Força de Trabalho* verificou-se aumento de 569 mil pessoas, ou seja, nem tinham ocupação e também deixaram de procurar por postos de trabalho, uma vez que estes mesmos continuaram desaparecendo.

Portanto, apesar da relativa estabilidade nos dois últimos trimestres, na comparação com o mesmo período

do ano anterior, o *Nível de Ocupação* – que reflete o número de pessoas ocupadas em relação ao número de indivíduos em idade de trabalhar – caiu 1,3%, passando de 54,7% para 53,4%. Obviamente, isto acarreta redução de renda familiar, maior percepção de risco de assumir dívidas em novos projetos, freio nas compras, diminuição de vendas no comércio, aumento de estoques, redução de demanda às firmas fornecedoras, redução de utilização de capacidade instalada e, por consequência, queda do investimento. O que pode amenizar essa situação no futuro breve é a redução da inflação, que promete dar um novo fôlego às famílias, em que pese o alto custo de vida e o desemprego abundante.

Gráfico 1 - Taxa Trimestral de Desocupação no Brasil (%)



Fonte: FIBGE, PNADC.

O que prepondera é a extinção de empregos formais no setor privado, aqueles que têm um conjunto de benefícios além do próprio salário, como muitas vezes auxílio à alimentação, à saúde, ao transporte e à seguridade social. Neste trimestre de março a maio, a PNADC estimou que o número de pessoas com carteira assinada fosse de 33,3 milhões, com uma queda de 1,2 milhões em relação ao mesmo período do ano passado. Já o grupo dos sem carteira assinada, estimados em

10,5 milhões de pessoas neste trimestre, apresentou um aumento de 409 mil indivíduos. Há uma evidente informalização do mercado de trabalho, o que aponta para o problema do custo do trabalho no Brasil, questão mais relevante para as firmas neste momento recessivo. A proposta de reforma trabalhista promete aliviar este componente de custo para contratar e descontratar pessoal. Porém, seus impactos sobre o mercado de trabalho não serão imediatos e há ainda

muita controvérsia sobre alguns temas polêmicos a serem resolvidos posteriormente, segundo o acordo firmado entre o governo federal e o Senado que permitiram a aprovação sem modificações da proposta de reforma que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Tais temas incluem uma transição para o fim da contribuição sindical obrigatória, a possibilidade de trabalho de gestantes e lactantes em condições de insalubridade e o trabalho intermitente, que permite a redução de horas trabalhadas. Esses itens deverão ser objeto de nova regulação por medida provisória, a ser editada em breve.

Ainda sobre a difícil situação do mercado de trabalho, um importante contingente, os trabalhadores por conta própria, estimados em 22,4 milhões de pessoas entre março e maio de 2017, apresentou queda de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, ou seja, queda de 599 mil pessoas.

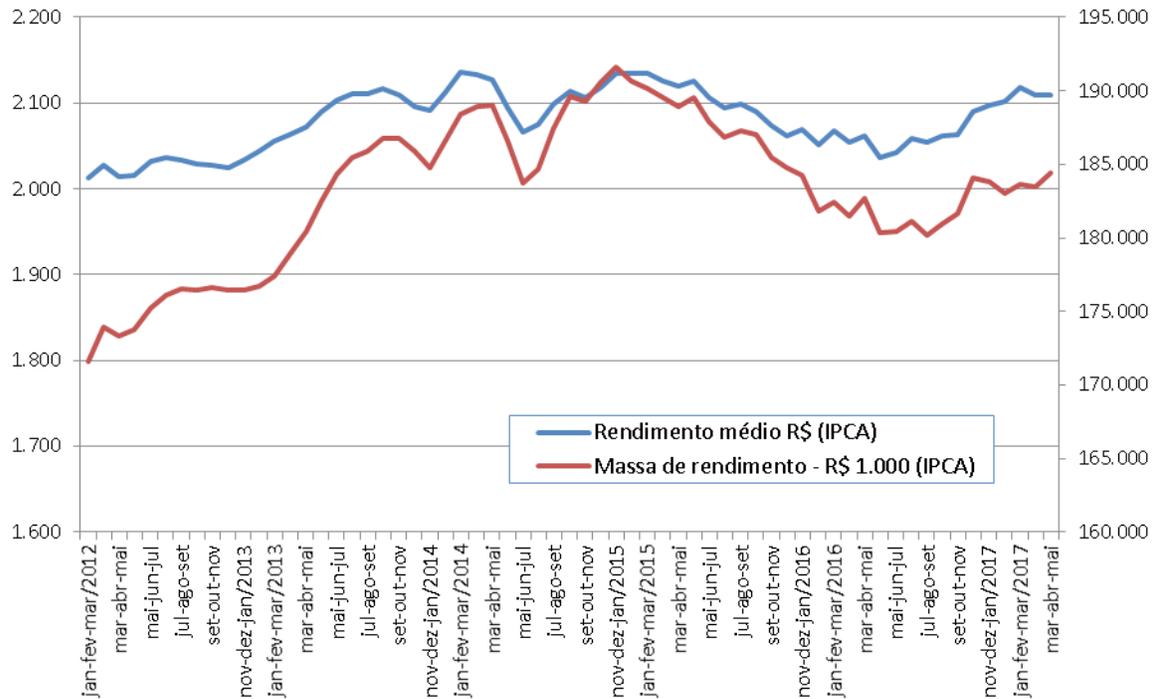
Entre os diversos setores, em relação ao mesmo período do ano anterior, pode-se ver o tamanho da destruição de postos de trabalho: queda de 793 mil na Construção, de 694 mil na Agropecuária, apesar da retomada desta atividade, e de 203 mil pessoas em Serviços Domésticos. Alguns setores, apesar da crise generalizada, conseguiram ampliar o número de trabalhadores: houve aumento de 568 mil em Alimentação e Alojamento e de 257 mil em Outros Serviços. Há sinais de recuperação da produção

industrial, apesar de o acumulado em 12 meses encerrado em maio ainda estar negativo em 2,4%. A boa notícia é que está havendo uma dispersão dessa recuperação pela maioria dos setores, de modo que se pode esperar uma retomada do emprego setorial, ainda que suave.

Em relação ao Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido, de R\$ 2.109,00 no trimestre de março a maio de 2017, há uma estabilidade tanto em relação ao trimestre anterior como no mesmo trimestre do ano anterior. A massa de rendimentos também apresentou estabilidade em relação a esses períodos anteriores, tendo sido estimada em R\$ 184,4 bilhões. O Gráfico 2 apresenta o Rendimento Real Médio e a Massa de Rendimentos desde o trimestre de janeiro/fevereiro/março de 2012, indicando a relativa rigidez dos rendimentos reais no período, o crescimento impactante da massa de rendimentos até 2015, quando houve a expansão da ocupação econômica no Brasil, seguido da queda da *Massa de Rendimentos* enquanto o *Rendimento Médio* se mantinha relativamente estável. O impacto da evolução da dinâmica do mercado de trabalho sobre as contas públicas é bastante conhecido, mas vale a pena relembrar. Além da redução da arrecadação de impostos sobre a renda e consumo, há o velho problema do financiamento da Previdência Social, que acaba sendo mais problematizado com a alta *Taxa de Desocupação* e com a saída de pessoas da *Força de*

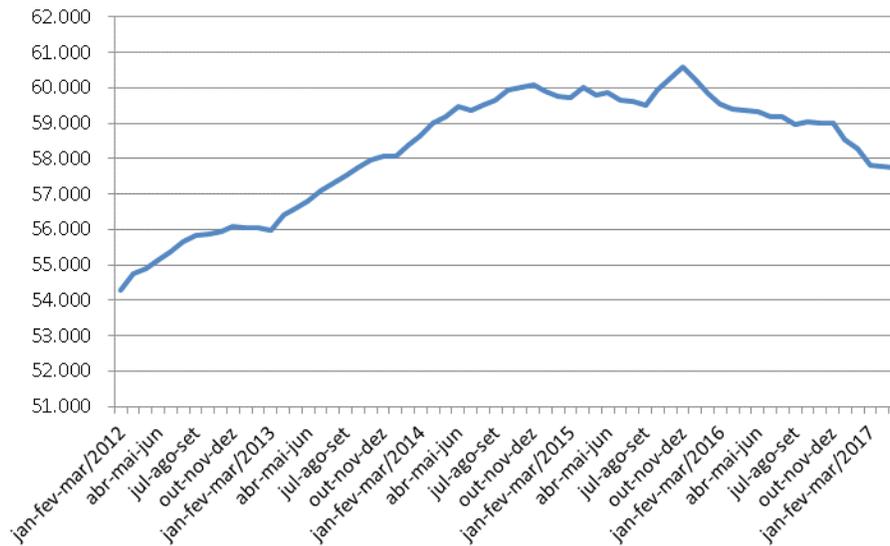
Trabalho. O Gráfico 3 permite a visualização do problema. O que faz pensar que, para além das prometidas modificações institucionais na legislação trabalhista, há que se retomar o crescimento econômico para minimizar os desequilíbrios das contas públicas, especialmente da Previdência. Deve-se destacar, também, que as medidas de reforma trabalhista, apesar de terem um aspecto muito positivo ao dar mais flexibilidade ao mercado de trabalho, e com isso, um incentivo à formalização e ao seu crescimento, têm também em si um risco sobre as contas públicas. Por exemplo, pela extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical, que em parte é fonte de financiamento de ações do Ministério do Trabalho. Por outro lado, a reforma reduziu a opção pela judicialização das relações trabalhistas e abriu um amplo espaço para uma ação sindical mais profissional e eficiente no sentido do suporte às negociações e finalizações de contratos de trabalho. Vamos torcer para que daqui para frente os recursos públicos sejam mais bem utilizados e que os sindicatos passem a oferecer serviços de melhor qualidade. Não há dúvida de que o universo dos processos trabalhistas deve ser reduzido, abrindo espaço para o uso dos recursos em outras áreas, e que a concorrência será muito mais dura do lado sindical. Novos tempos nos aguardam, mas, como já foi dito, a reversão do quadro de fraquíssimo crescimento não é uma consequência imediata dessa reforma.

Gráfico 2 - Rendimento Médio Real, 2012 a 2017, Trimestres Móveis



Fonte: FIBGE: PNADC.

Gráfico 3 - Pessoas de 14 Anos Ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Contribuição para Instituto de Previdência em Qualquer Trabalho



Fonte: PNADC, FIBGE.

1 Pela definição da FIBGE, são *Desocupados* aqueles indivíduos que procuravam ocupação no mês de referência da pesquisa, tomando providências para encontrar um posto de trabalho e que estavam efetivamente disponíveis para ocupar uma posição na semana de referência, ou que apesar de não terem tomado nenhuma providência nesse mês, vão começar uma atividade na semana seguinte. Convém salientar que a definição de *Ocupados* nas pesquisas oficiais inclui as pessoas que têm atividades remuneradas mesmo que representem apenas atividades remuneradas em dinheiro ou benefícios, **a partir de apenas uma hora na semana de referência**. Portanto, entre os ocupados há uma vasta gama de indivíduos em

atividades de baixo empenho produtivo e, em geral, de baixa remuneração.

() Economista e doutora pela USP.
(E-mail: veramartins2702@gmail.com).*

temas de economia aplicada



Tendências Globais e o Futuro do Trabalho: os Requisitos Necessários nas Habilidades dos Trabalhadores¹

JOSÉ PAULO PAULO ZEETANO CHAHAD (*)

1 Introdução

Na edição anterior apresentamos os impactos no perfil dos empregos a serem gerados para os próximos 20 anos, em decorrência das transformações e tendências globais que estão ocorrendo e deverão ocorrer neste período. Este texto dará prosseguimento ao tema ali focado ao verificar, com a utilização das mesmas fontes de informações, quais serão os requisitos nas habilidades dos trabalhadores decorrentes das tendências mencionadas.

Estas tendências devem ser entendidas como uma nova realidade que vem para ficar definitivamente nos destinos da humanidade, mas

não são as únicas, pois certamente outras surgirão no longo prazo. Não há também qualquer ordem hierárquica entre elas, ainda que se possa admitir que umas tenham impactos mais rápidos e/ou mais intensos que sobre o perfil dos empregos, quer sobre as habilidades dos trabalhadores.

A estrutura deste artigo é semelhante ao texto publicado na edição anterior: a seção seguinte resume as tendências previstas, visando facilitar ao leitor a sequência da análise. A seção 3 aborda as consequências e requisitos de habilidades que serão exigidas segundo cada tendência. A quarta seção traz considerações finais, seguindo-se

as referências bibliográficas de suporte.

2 Quais São as Principais Mudanças e Tendências Mundiais que Afetarão o Mundo do Trabalho nas Três Próximas Décadas?

A Figura 1 revela que existem cinco grandes eixos pelos quais podemos elencar as grandes tendências globais da humanidade afetando o perfil do emprego, assim como os requisitos de habilidades associados a cada perfil. São eles:

1. Mudanças na sociedade e no comportamento dos indivíduos;
2. Natureza e transformações da tecnologia e da inovação;

3. Alterações na natureza dos negócios e da evolução econômica;
4. Aspectos associados ao uso dos recursos e às questões ambientais; e
5. Novos enfoques da legislação e novos padrões de políticas públicas.

Ainda na Figura 1 pode-se notar que, de fato, dentro de cada eixo aparecem as tendências globais que marcarão os destinos da atividade produtiva e, com isso, as alterações que impactarão o mundo do trabalho, que, no caso deste artigo, será apreciado sobre os requisitos de habilidades gerais dos trabalhadores.

No total são apontadas 15 grandes tendências globais quando se considera o conjunto dos eixos onde elas são enquadradas. A seguir, listaremos apenas as principais tendências de acordo com os eixos acima mencionados, sem maiores comentários das mesmas, pois o objetivo desta seção é rememorar ao leitor aspectos já vistos anteriormente.²

Sociedade e Indivíduo: (i) aumento do desejo de um melhor equilíbrio entre a vida social e o trabalho; (ii) incertezas crescentes na renda do emprego; (iii) mudanças no ambiente de trabalho; (iv) mudanças demográficas e (v) crescimento da diversidade.

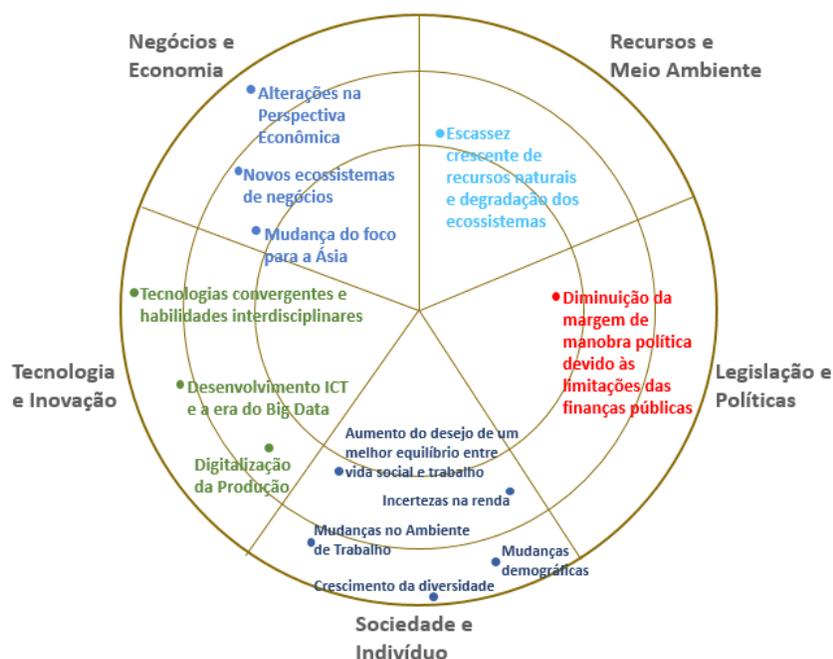
Tecnologia e inovação: (i) digitalização da produção; (ii) desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação (ICT) e a época dos grandes bancos de dados e (iii) tecnologias convergentes e habilidades interdisciplinares.

Negócios e Economia: (i) alterações nas perspectivas econômicas; (ii) novos ecossistemas de negócios e (iii) mudanças do foco produtivo para a Ásia.

Recursos e meio ambiente: (i) escassez crescente de recursos naturais e degradação dos ecossistemas.

Legislação e Políticas: (i) diminuição da margem de manobra política devido às limitações das finanças públicas.

Figura 1 – Tendências Globais que Moldam o Futuro dos Empregos e das Habilidades do Trabalhador



Fonte: UK Commission for Employment and Skills (2014, p. 16).

3 Impactos Esperados nas Habilidades dos Trabalhadores Segundo Cada Tendência Global³

Esta seção contempla os impactos previstos sobre as habilidades que serão demandas do trabalhador decorrente de cada tendência que compõe a Figura 1. Deve-se lembrar que não existe qualquer hierarquia, predomínio ou maior importância na ordem em que as tendências serão apresentadas. Além disso, as figuras que apresentam as tendências, dentro de cada grupo, são autoexplicativas, e, por esse motivo nos limitaremos a realizar comentários gerais procurando esclarecer mais e/ou sintetizar seus conteúdos.

3.1 Alterações nas Tendências Capituladas no Eixo Sociedade e Indivíduo

Elas estão reunidas e resumidas no Quadro 1, a seguir. No caso das **Mudanças Demográficas**, onde os trabalhadores tenderão a permanecer por mais tempo na força

de trabalho, as habilidades irão requerer programas de treinamento e aprendizado que tenham impacto mais duradouro no longo prazo. Terão que ter habilidades para adaptarem-se a novas tarefas e tirocínio para alterações bruscas nas questões de liderança. Outro requisito será o aprendizado em lidar e conviver com uma força de trabalho multigeracional.

A **Crescente Diversidade** entre sexos e entre povos também afetará a área do trabalho e promoverá modificações nas habilidades dos trabalhadores. A crescente migração leva a um contato maior entre pessoas com conhecimentos, formas de comunicação, forçando com que todos, nativos e migrantes, elevem seu nível de conhecimento. Com relação às crescentes **Incertezas de Renda** na vida dos trabalhadores, isto exigiria muito treinamento profissional que facilitasse a absorção de novas habilidades pelo indivíduo. Dentre outras deverão ter habilidades que os permitam lidar com estratégias de

network e como aprender a se sair bem em entrevistas de emprego.

Com relação à tendência indicando o **Aumento do desejo de um melhor equilíbrio entre trabalho e vida social**, os trabalhadores deverão mostrar sua capacidade de forte auto-organização, habilidade para receber múltiplas tarefas e estarem abertos para receber de forma cada vez mais intensa iniciativas educacionais e outras formas de treinamento que lhes proporcionem um salto de qualidade em seus talentos.

Já em relação às **Mudanças no Ambiente de Trabalho** as habilidades dos trabalhadores caminharão para atitudes mais flexíveis e novos conhecimentos que os possibilitem uma rápida adaptação à volatilidade dos negócios. Deverão mostrar sua capacidade de enfrentar múltiplas tarefas e se preparar para ter sólidas habilidades que aumentem seu potencial de resolver e tomar decisões rápidas autonomamente.

Quadro 1 – Tendências Moldando o Futuro do Trabalho: Implicações para as Habilidades dos Trabalhadores – Escopo: Sociedade e Indivíduo

Tendências moldando o futuro do trabalho.	Implicações para as habilidades dos trabalhadores.
<p>Mudanças demográficas</p> <p>Crescimento e envelhecimento populacional em maior participação de idosos na força de trabalho e por mais tempo. As migrações auxiliam a suprir carências nas habilidades locais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com maior tempo de permanência no mercado de trabalho, haverá necessidade de treinamento e aprendizado que tenham maior impacto ao longo do ciclo de vida do indivíduo. • É preciso assegurar disponibilidade de trabalho apropriado para grupos de idade específicos, incluindo treinamento rápido em novas tarefas, gerenciamento de transição entre empregos e adaptações rápidas aos desafios de liderança. • Criar habilidades para lidar com a força de trabalho multigeracional. • Elevar a colaboração e cooperação entre grupos multigeracionais.
<p>Crescente diversidade</p> <p>Devido à busca pela igualdade de oportunidades e condições de trabalho da mulher, o papel dos gêneros será desafiado continuamente. Além disso, o crescimento da mobilidade global de trabalhadores e novas tecnologias trazem consigo as características e as conflitantes culturas, religiões, raças e idiomas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Migração crescente encoraja o crescimento de habilidades multiculturais e sociais, e habilidades de comunicação dentro da força de trabalho. • Haverá uma crescente necessidade de reconhecer e compreender a qualificação dos estrangeiros (diplomas, títulos, cursos) e as competências que eles indicam. • Diante disto, serão necessários cursos para fechar as defasagens que surgirem.
<p>Incertezas de renda</p> <p>A renda do trabalhador sofre com a instabilidade do crescimento; com a volatilidade da segurança no trabalho e tendência a elevações nos tributos sobre a renda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A elevação da densidade afetará os grupos socioeconômicos adversamente que passarem a necessitar de treinamento e suporte adicional em novas habilidades mais brandas, por exemplo, práticas para obter um novo emprego (estratégias de networking, como enfrentar entrevistas de emprego que avaliarão habilidades, etc.)
<p>Aumento do desejo de um melhor equilíbrio entre trabalho e vida social.</p> <p>Uma vida balanceada em todos seus aspectos está se tornando uma demanda irreversível. Arranjos mais flexíveis de trabalho que permitam padrões de trabalho mais amigáveis para a família estão em crescimento. Isto afeta trabalhadores e empresas. As organizações procuram reter trabalhadores mais produtivos, obrigando-as a um crescente entendimento de que benefícios devem ir além daqueles tradicionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores deverão mostrar que são capazes de forte auto-organização e habilidade em enfrentar múltiplas tarefas. • Trabalhadores contratados para projetos devem possuir habilidades potenciais para lhes garantir crescentes inserções em educação e iniciativas de aprendizado de longo prazo para dar um salto de qualidade nos seus talentos.
<p>Mudanças no ambiente de trabalho</p> <p>Os ambientes de trabalho e os modos de trabalhar estão pressionados para aumentar a flexibilidade e se adaptarem à volatilidade dos negócios. A terceirização e a internacionalização crescente dos negócios pressionam por mais colaboradores externos, grupos sólidos e trabalhos na base de projetos. As decisões estarão ocorrendo em empresas com vários níveis de responsabilidade. Além disso, há a necessidade de contínuo e sólido treinamento digital.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A chave para o sucesso no ambiente de trabalho estará na habilidade de rapidamente mudar as condições para modos mais cooperativos de trabalho e para sólidas habilidades analíticas aumentando o potencial de resolver problemas e tomar decisões. • Com a maior importância das habilidades voltadas para projetos, e com a mudança mais frequente de emprego, o sistema de educação superior deverá prover com maior intensidade novos métodos de acumulação e transparência de habilidades.

Fonte: Elaboração do autor; com base em: UKCES (2014, p. 17-21); OECD (2016); ROSSOTTO, KUEK e PARADI-GUILFORD (2012).

3.2 Impactos Previstos nas Habilidades dos Trabalhadores Decorrentes da Tecnologia e Inovação

Aqui há uma lista que, se não for muito ampla, certamente é de alta intensidade. O Quadro 2 sintetiza o impacto sobre as habilidades dos trabalhadores neste enfoque. Com relação aos impactos ditados pela **Digitalização da Produção**, as habilidades dos

indivíduos deverão ser capazes de adicionar valor a atividades e processos não rotineiros, contribuindo para elevar elementos analíticos e interativos gerados pelo elemento humano como inovações, descobertas científicas, liderança, trabalho em equipe e difusão do treinamento. Trabalhadores no chão da fábrica deverão aumentar suas habilidades para entender e resolver problemas rotineiros.

Quadro 2 – Tendências Moldando o Futuro do Trabalho: Implicações para as Habilidades dos Trabalhadores – Escopo: Tecnologia e Inovação

Tendências moldando o futuro do trabalho.	Implicações para as habilidades dos trabalhadores.
<p>Digitalização da Produção</p> <p>A digitalização do processo produtivo está conduzindo a humanidade a um novo período de industrialização. Tem sido possível o avanço crescente de fábricas e sistemas de produção atuando autonomamente. Técnicas de impressão em 3D, também conhecidas como técnicas aditivas de manufatura tomam possíveis novas formas complexas, mas descentralizadas, de processos produtivos. Desenvolvimento de modernos sensores e identificação por tecnologia de rádio frequência irão permitir rotinas em tempo real em processos de logística, o que servirá de base para o surgimento da chamada "Internet das Coisas".</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em decorrência da contínua automação, o valor nuclear que os trabalhadores podem adicionar é nas atividades e processos não rotineiros, ou seja, contribuindo com elementos analíticos e interativos que são estritamente gerados pelo ser humano como descobertas, inovação, liderança, trabalho em equipe, difusão do aprendizado, entre outros. • No caso de processos quase autônomos, os trabalhadores no chão de fábrica terão mais responsabilidades que requerem controle e manutenção, assim como habilidades para resolver problemas. • Haverá necessidade de crescimento no perfil técnico nos negócios comerciais e empregos que requerem destreza.
<p>Desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação (ICT) e a época dos grandes bancos de dados</p> <p>O desenvolvimento da ICT continua a se caracterizar pela miniaturização e nanotecnologia, com o crescimento de inúmeros aparelhos móveis inteligentes combinados com acesso rápido a esquemas móveis de acesso à Internet permitindo múltiplas forma de comunicação e acesso imediato à informação e à mídia. O manejo efetivo e eficiente dos dados está se tornando de crítica importância tanto quanto a quantidade de dados coletados e armazenados, assim como tem aumentado a habilidade de analisar tais dados. No futuro próximo, hardware e software, além da conectividade, continuarão a experimentar maciço crescimento em sua capacidade e complexidade, assim como sua difusão se espalhará por todos setores e regiões do globo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As habilidades serão cruciais no desenvolvimento de programas, profissionais de desenvolvimento de software, experts em segurança de dados, web design e profissionais em criação de websites. • No caso de grandes bancos de dados os profissionais deverão saber interpretar quantias gigantescas de dados provenientes de várias partes do mundo. Deverão saber como transformar dados em insights que permitam elevar a eficiência dos negócios e gerar novas ideias para novas oportunidades de negócios. • Para a população em geral serão requeridas habilidades e competências na área digital, assim como qualificações mínimas para continuar se adaptando e aprendendo novas competências.
<p>Tecnologias convergentes e habilidades interdisciplinares</p> <p>A fronteira entre as disciplinas e/ou campos de conhecimento, tais como informática, telecomunicações, robótica e mesmo as ciências naturais está crescentemente se tornando difícil de se estabelecer. Particularmente esta convergência entre nanotecnologia, biotecnologia, tecnologia de informação e outras ciências cognitivas continuará causando rupturas nos modelos tradicionais de negócios, além de criar novos mercados complementares e campos de aplicação correlatos. Além disso, P&D inovam processos e produtos impactando diretamente nos campos onde são aplicadas. Desenvolvimento em biociência, tecnologia hospitalar e farmacêutica melhoram serviços e resultados para os pacientes, mas mudam bastante o trabalho dos médicos, enfermeiros, e de outras carreiras no ramo médico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A convergência de tecnologias e disciplinas intensificará a demanda por equipes multidisciplinares com indivíduos altamente qualificados, tais como biocientistas, engenheiros, bioengenheiros e experts em tecnologia da informação e comunicação. • Habilidades em boa comunicação como forma de assegurar uma colaboração suave entre equipes multidisciplinares. • O crescimento de setores e atividades de negócios decorrentes da convergência de tecnologias criará demanda por serviços intensivos e habilidades, incluindo serviços jurídicos para a propriedade intelectual, em marketing e consultores de estratégia gerencial.

Fonte: Elaboração do autor, com base em: UKCES (2014, p. 22-24); OECD (2016); ROSSOTTO, KUEK e PARADI-GUILFORD (2012).

No caso do **Desenvolvimento do ICT e Criação dos Grandes Bancos de Dados**, as novas habilidades serão cruciais para entender programas e desenvolvimento de *software*, garantir a segurança dos dados, criar *websites* e desenvolver *web design*. Outro campo onde novas habilidades deverão emergir é relativo à capacidade de interpretação de cifras gigantescas de dados provenientes de diferentes partes do mundo. Para a população em geral serão requeridas habilidades mínimas na área digital e flexibilidade para aprender novas competências. Nas **Tecnologias Convergentes e Habilidades Interdisciplinares** será intensificada a demanda por trabalhadores com

habilidades para atuar em equipes multidisciplinares, especialmente engenheiros, biocientistas, bioengenheiros e experts em tecnologias da informação e comunicação. Os trabalhadores deverão ter a habilidade para fácil comunicação em equipes multidisciplinares.

3.3 Os Impactos Decorrentes das Tendências nos Negócios e nas Perspectivas da Economia

Os impactos decorrentes desta tendência mundial estão reunidos no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Tendências Moldando o Futuro do Trabalho: Implicações para as Habilidades dos Trabalhadores – Escopo: Negócios e Economia

Tendências moldando o futuro do trabalho.	Implicações para as habilidades dos trabalhadores.
<p>Perspectivas Econômicas Alteradas</p> <p>O avanço de complexidade da economia e do sistema financeiro, por conta da globalização e das mudanças tecnológicas, se materializa em desafios inovadores resultantes de uma maior volatilidade global e baixo crescimento econômico de economias estabelecidas. Dessa forma, a complexidade econômica e financeira avança com uma crescente consciência empresarial da necessidade de cadeias de valor mais resilientes que são asseguradas por políticas e estratégias de gestão de risco.</p>	<p>• As empresas veem um aumento de incertezas, assim, habilidades de gestão de riscos e de lidar com a complexidade tornam-se uma importante característica do trabalhador e necessitam ser incluídas na educação orientada aos negócios.</p>
<p>Mudança para Ásia</p> <p>O poder econômico está se deslocando para os países emergentes, onde suas economias prometem alto crescimento e oportunidades de investimento lucrativo, em contraponto à perda relativa de importância das economias do G7.</p>	<p>• Com o aumento dos níveis educacionais da mão de obra na Ásia, a competição internacional entre trabalhadores começará a afetar cada vez mais trabalhadores de intermediária e alta qualificação no resto do mundo.</p> <p>• Além disso, com o crescente número de oportunidades de emprego atraentes na Ásia, a oferta de mão de obra migrante em todos os níveis de qualificações pode diminuir no futuro.</p> <p>• À medida que a concorrência internacional para a inovação continua a aumentar, será de grande importância a atenção nas técnicas de inovação no ensino e na formação, especialmente para os empregos nos setores industrial e de pesquisa e desenvolvimento.</p>
<p>Novos ecossistemas de negócios</p> <p>A colaboração em redes de criação de valor é possibilitada pela virtualização de processos de negócio, impulsionada pelo crescimento da economia digital.</p>	<p>• Harmonizar a rede de parcerias através do gerenciamento da comunicação e da organização de redes de conhecimento é a habilidade-chave para o futuro. As competências interdisciplinares, isto é, a compreensão profunda das interfaces e das diferenças entre os setores terão uma importância crescente.</p> <p>• Especialistas qualificados podem enfrentar uma concorrência crescente por parte de uma força de trabalho global igualmente qualificada para tarefas básicas do dia a dia. Assim, habilidades de marketing pessoal serão cruciais. Possuir certificações de habilidades pode se tornar importante para garantir a qualificação para tarefas demandadas.</p>

Fonte: Elaboração do autor, com base em: UKCES (2014, p. 25-27); OECD (2016); ROSSOTTO, KUEK e PARADI-GUILFORD (2012).

Com relação às **Perspectivas Econômicas** previstas para as próximas três décadas, com o avanço e a complexidade da economia, dos negócios e da tecnologia, o mundo se tornará mais incerto. Nesse sentido, os trabalhadores precisarão de maiores habilidades para trabalhar com problemas de alto risco e de grande complexidade. O *Curriculum* das escolas, de todas as espécies, deverá incluir o desenvolvimento dessas habilidades para fortalecer eventuais capacidades inatas do trabalhador.

As implicações decorrentes da **Mudança Para a Ásia** como centro econômico e financeiro de grande relevância no cenário mundial não são tão claras. Com o rápido aumento dos níveis educacionais dos trabalhadores asiáticos, elevando bastante seus níveis de produtividade, a competição internacional forçará uma revisão sobre os níveis educacionais e de qualidade do trabalho em diversos países, notadamente as Américas Central e do Sul, a África e os países emergentes.

No que diz respeito aos impactos nas habilidades decorrentes do surgimento de **Novos Ecossistemas de Negócios** será necessário harmonizar redes de parcerias através do gerenciamento da comunicação e da existência de trabalhadores capacitados a organizar redes de conhecimento. Serão necessárias pessoas que dominem competências interdisciplinares, com compreensão profunda das interfaces e diferenças entre setores concorrentes.

3.4 Recursos Humanos e Meio Ambiente e as Habilidades dos Trabalhadores

O Quadro 4 contempla os efeitos da **Escassez Crescente dos Recursos Naturais e a Degradação dos Ecossistemas** sobre os requisitos de competências e habilidades que os trabalhadores deverão possuir.

A redução das emissões de carbono e a utilização de múltiplas alternativas nas formas de energia levarão a uma crescente demanda por habilidades no entendimento das restrições de recursos naturais e na utilização eficiente deles, particularmente nas áreas de engenharia e *design*.

Além disso, a falta crescente de recursos naturais poderá se tornar uma nova arena para o setor financeiro, o que demandará técnicos com sólidos conhecimentos de cálculo matemático, programação de modelos prospectivos, além de outras habilidades de caráter quantitativo.

Quadro 4 – Tendências Moldando o Futuro do Trabalho: Implicações para as Habilidades dos Trabalhadores – Escopo: Recursos e Meio Ambiente

Tendências moldando o futuro do trabalho.	Implicações para as habilidades dos trabalhadores.
<p>Escassez crescente dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas</p> <p>O crescimento econômico global está levando a uma crescente demanda mundial por recursos naturais e matérias-primas. A exploração excessiva implica custos de extração mais elevados e degradação dos ecossistemas. Os preços desses recursos se tornarão mais voláteis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O aumento da concentração na redução das emissões de carbono e do consumo de energia levará à crescente demanda por habilidades em matéria de recursos e eficiência de recursos, particularmente na engenharia e <i>design</i>, mas também na maioria das ocupações em todos os setores. • Os recursos podem se tornar uma nova arena para o setor financeiro global, que por sua vez requer habilidades específicas, como matemática em combinação com uma compreensão aprofundada do mercado mundial de recursos e estratégias para lidar cuidadosamente nesses produtos.

Fonte: Elaboração do autor, com base em: UKCES (2014, p. 28); OECD (2016); ROSSOTTO, KUEK e PARADI-GUILFORD (2012).

3.5 O papel da Legislação e o Caminho das Políticas Públicas e as Implicações para Habilidades dos Trabalhadores

Estas implicações advindas da **Importância Decrescente do Escopo das Políticas Públicas em Decorrencia das Restrições Impostas Pelas Finanças do Estado** aparecem no Quadro 5.

Sob esta ótica parece que o caminho está traçado. No setor privado, haverá um crescente ônus para os

indivíduos investirem em novas habilidades, se não houver uma contrapartida dos governos em investimentos que os possibilitem manter o nível de capital humano que necessitam ter. No caso dos trabalhadores do setor público, estes deverão se esforçar em investir em novas habilidades, pois com o declínio do Estado terão, forçosamente, como destino final seu desligamento, obrigando-os a competir no mercado de trabalho privado.

Quadro 5 – Tendências Moldando o Futuro do Trabalho: Implicações para as Habilidades dos Trabalhadores – Escopo: Legislação e Políticas

Tendências moldando o futuro do trabalho.	Implicações para as habilidades dos trabalhadores.
<p>Importância decrescente do escopo das políticas públicas em decorrência das restrições impostas pelas finanças públicas</p> <p>O escopo do governo para investir em iniciativas de emprego e educação, treinamento e reciclagem profissional tem sido permanentemente desafiado pela pressão fiscal originada pelo crescimento das transferências sociais, aumento crescente dos recursos fiscais voltados para os sistemas de pensões e seguridade social em geral e, principalmente, pelo déficit público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Haverá um crescente ônus aos indivíduos em investir em habilidades se ambos, governo e empresas se tornam incapazes de manter seus níveis de investimentos em capital humano. • Trabalhadores do setor público necessitarão investir numa elevação de suas habilidades para se integrarem ao mercado de trabalho privado, quando forem sendo desligados pelo setor público.

Fonte: Elaboração do autor, com base em: UKCES (2014, p. 29); OECD (2016); ROSSOTTO, KUEK e PARADI-GUILFORD (2012).

4 Considerações Finais

Apresentou-se aqui uma sequência do artigo contido na edição anterior, no qual se abordou como as tendências globais que se esboçam para as próximas décadas de progresso da humanidade impactarão no mercado de trabalho. Naquela edição do boletim Informações Fipe, focou-se nas consequências sobre o perfil dos empregos que serão gerados. Neste presente texto, a ênfase foi sobre as influências nas habilidades e competências que serão requeridas dos trabalhadores.

Diante de inúmeras tendências apresentadas, é praticamente impossível sintetizar todas as habilidades que serão demandadas, normalmente por se tratar de uma perspectiva de longo prazo. Pode-se, contudo, destacar alguns episódios. Por exemplo, há unanimidade de que, para a população em geral serão requeridas habilidades

mínimas na área digital e maior flexibilidade para aprender novas competências.

Outro aspecto frisado diz respeito às capacidades dos trabalhadores em adicionar valor às atividades e aos processos não rotineiros, contribuindo para aumentar elementos analíticos e interativos provenientes da criação do elemento humano, tais como inovações, descobertas científicas, liderança, capacidade de trabalho em equipe, e concepção e difusão do treinamento. Ademais, aqueles trabalhadores na base do sistema produtivo (chão da fábrica) precisarão aumentar suas habilidades para entender e resolver problemas rotineiros.

Referências

ARNTZ, M., T. Gregory; ZIERAHN, U. The risk of automation for jobs in OECD countries: a comparative analysis. *OCDE Social, Employment and Migration Working Papers*, nº 189, OECD Publishing, Paris, 2016. <<http://dx.doi.org/10.1787/5jlz9h56dvq7-en>>.

AUTOR, D. H. Why are there still so many jobs? The history and future of workplace automation. *Journal of Economic Perspectives*, v. 29, n.3, p. 3-30, 2015.

CHAHAD, J.P.Z. Tendências globais no cenário internacional e o futuro do trabalho: o impacto sobre o perfil dos empregos. *Informações Fipe*, nº 441, junho 2017.

FREY, C.; OSBORNE, M. *The future of employment: how susceptible are jobs to computerization?* University of Oxford, 2013.

GOOS, M.; KONNINGS, J.; RADEMAKERS, E. *Future of work in the digital age: evidence from OECD countries*. Ku Leuven, Utrecht University, Randstad, Yearly Report on Flexible Labor and Employment, 2016.

KEYNES, J.M. The economic possibilities for our grandchildren. In: _____. *Essays in Persuasion*. London: Macmillan, 1931.

OECD. *Automation and independent work in a digital economy*. Policy Brief on The Future of Work. Paris, may 2016.

RIFKIN, J. *The end of work: technology, jobs, and your future*. New York: Putnan, 1995.

ROSSOTTO, C. M.; KUEK, S.C; PARADI-GUILFORD, C. *New frontiers and opportunities in work - ICT is dramatically reshaping the global job market*. ICT Policy Notes, n. 3. Washington, The World Bank, June 2012.

THE ECONOMIST. *The future of jobs*. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/briefing/21594264-previous->

technological-innovation-has-always-delivered-more-long-run-employment-not-less>. Acesso em: 07 de jun. 2017.

UKCES - UK Commission for Employment and Skills. *The future of work: jobs and skills in 2030*. Evidence Report 84, London, February 2014.

3 Os quadros que servirão de referência para os aspectos analíticos desta seção possuem a mesma estrutura do artigo inicial publicado no Boletim anterior. A primeira coluna descreve as tendências globais moldando o futuro do trabalho e a segunda coluna mostra as implicações que serão demandadas quanto às habilidades dos trabalhadores.

1 Este artigo representa a continuação do artigo publicado na edição nº 441, junho de 2017, denominado “Tendências Globais e o Futuro do Trabalho: o impacto sobre o perfil dos empregos”. Nesse sentido, inúmeros aspectos ali descritos não serão repetidos aqui, cabendo ao leitor a remissão àquele texto para maiores esclarecimentos sobre o conteúdo global de ambos os artigos.

2 Ver nota de rodapé 1.

() Professor Titular da FEA/USP (Aposentado) e Pesquisador Sênior da FIPE. O autor agradece à Estagiária de Pesquisa Thais Harumi Hanai Takeuchi, aluna do curso de Ciências Econômicas da FEA/USP, o competente esforço e a dedicação demonstrados por ela na pesquisa bibliográfica, organização e elaboração das figuras, gráficos e tabelas contidas no texto. Os erros são de responsabilidade do autor.*

A Margem e o Centro: H. Innis, W. A. Mackintosh e o Particularismo Canadense

JULIO LUCCHESI MORAES^(*)

O presente artigo dá continuidade à série de reflexões sobre o pensamento desenvolvimentista canadense. A ideia central é realizar um resgate histórico dos anos iniciais dessa tradição intelectual, identificando os autores e as obras fundantes. Ambicionamos, outrossim, realizar um breve posicionamento dessa corrente analítica em relação a outras grandes leituras econômicas vigentes durante o período entreguerras e também no Pós-Guerra, período de ampla polarização política e econômica e também de expansão do keynesianismo. Veremos a maneira pela qual o pensamento de Harold Innis e W.A. Mackintosh, os dois fundadores da tradição desenvolvimentista canadense, dificilmente se esquadrinha dentro dessas grandes categorizações teóricas.

1 Desenvolvimentismo Canadense: Tema e Variações

O desenvolvimentismo canadense não deve ser entendido como uma interpretação una ou consensual a respeito dos diversos temas por ele estudados: desenvolvimento, crescimento, industrialização etc. Tratando-se de uma efetiva escola

de pensamento econômico, sociológico e comunicacional, é fundamental reconhecer as clivagens, divergências e, por vezes, antagonismos firmados entre as diversas figuras internas e externas a essa tradição.

Reconstruir o extenso panorama de temas, autores e correntes internas ao desenvolvimentismo canadense evadiria o escopo da presente reflexão. Às finalidades aqui propostas, parece-nos suficiente encampar a revisão realizada por Howlett e Ramesh (1992). Os autores trabalham dentro de uma dicotomia esquemática que tem por polos os dois autores reconhecidos como fundadores da *Stapples Theory*: Harold Innis e William Mackintosh:

Os dois pensadores dominantes dessa tradição intelectual foram, claramente, [Harold] Innis e [William Archibald] Mackintosh. Enquanto os dois compartilhavam premissas teóricas a respeito da ênfase na economia dos produtos primários, eles adotaram diferentes linhas de análise, atingindo distintas conclusões em seus trabalhos. Muito do que depois se escre-

veu na tradição desenvolvimentista canadense pode ser classificada em termos de uma adesão à perspectiva pessimista sobre o futuro canadense sugerida por Innis ou ao otimismo de Mackintosh [...] (p. 94, tradução própria).

Essa cisão, firmada na década de 1930, se consolidará ao longo do século XX, resistindo, inclusive, até a contemporaneidade. Teremos a oportunidade de analisar, em artigo posterior desta série, o cenário de efervescência intelectual canadense nos anos 1960 e 1970, um período de extenso aprimoramento analítico da *Stapples Theory*. Por ora, cabe afirmar que, nos dias de hoje, a dicotomia Innis/Mackintosh, pessimismo/otimismo a respeito das potencialidades desenvolvimentistas das economias primário-exportadoras se traduz numa divisão entre neoinnisianismo (*"New Political Economy"*) e neomackintoshianismo (*"New Staples Political Economy"*) (*idem*, p.99). Ainda trabalhando dentro de um esquematismo simplificador, pode-se dizer que a primeira se atrela e, em grande medida, orienta o pensamento econômico canadense situado à esquerda no campo polí-

tico, enquanto a segunda costuma vincular-se à direita.

Embora funcional, devemos entender essas dicotomias de maneira meramente analítica. Embora os dois autores tenham sido assimilados por teóricos canadenses situados em distintas posições do espectro político, seria profundamente anacrônico projetar retrospectivamente cisões firmadas no contexto da Guerra Fria ao momento de gênese do desenvolvimento canadense. Igualmente improdutivo seria buscar uma querela pessoal entre Innis e Mackintosh. Pelo contrário, Grant (2014) revisita as conhecidas e públicas demonstrações de admiração mútua entre os dois autores.

2 Innis, Mackintosh e a Protomacroeconomia

Na efervescência do pós-guerra – marcada pela crescente polarização política e econômica da Guerra Fria – é tentador querer esquadriñar o pensamento de Innis e Mackintosh numa cartografia ideológica. Também este esforço parece ser complexo e, de certo modo, pouco produtivo. A atribuição retroativa dos rótulos como “socialista” e “liberal” às teorias de Innis e Mackintosh é incongruente e incorreta. Innis é lembrado por seus comentaristas como um autor de matizes essencialmente conservadoras, mas foi amplamente ab-

sorvido por pensadores marxistas canadenses nos anos 1960 e 1970.

Mackintosh, por sua vez, frequentemente mobilizado para justificar a suposta vocação primário-exportadora do Canadá – mobiliza o mais que liberal conceito das vantagens comparativas. A análise de sua trajetória, contudo, mostra um elevado nível de compromisso público e estatal. O economista fez parte dos chamados “Mandarins de Queens”, grupo de economistas profissionais que compuseram o quadro técnico e burocrático do governo federal canadense, em Ottawa (GRANATSTEIN, 1982). Mackintosh, aliás, é considerado o introdutor do Keynesiano no país:

Em seu relatório *Sobre o Emprego e a Renda*, de 1945, [Mackintosh] propôs uma articulação entre a visão keynesiana e a economia canadense no pós-guerra. Ao fazê-lo, Mackintosh realizou uma contribuição seminal, propondo um modelo keynesiano ajustado a uma economia aberta de pequenas dimensões e regulada por um estado federal. O relatório pode ser interpretado como um esforço em prol da reafirmação da teoria desenvolvimentista canadense, em meio à estrutura teórica da demanda agregada de Keynes (GRANT, 2014, p. 24, tradução própria).

Innis expressou dissabor com a tendência de absorção de acadêmicos pelo aparato público canadense no pós-guerra (GIBSON, 1983, p. 170), mas também ele fez parte de uma série de iniciativas públicas no período. O pensador foi figura central de uma série de estudos – as chamadas Comissões Reais (*Royal Comissions*) – conduzidas ao longo das décadas de 1930 e 1950. Embora sua participação na chamada “Comissão Massey” (centrada no universo artístico e educacional) seja a mais lembrada pela bibliografia especializada, Innis participou também da *Comissão pela economia da Nova Escócia* (1934), a *Comissão pela educação de adultos de Manitoba* (1947) e da *Comissão Federal sobre os transportes* (1951). Sua própria teoria do desenvolvimento, conforme veremos no próximo artigo da série, flerta com (certo nível) de intervencionismo público.

Por fim, parece-nos igualmente interessante encampar o resgate histórico realizado por Robin Neill, que posiciona os dois autores dentro de uma tradição intelectual local que poderíamos chamar de *protomacroeconômico* (Cf. NEILL, 1991).¹ Antes da revolução keynesiana, os dois autores já se esforçavam por desenhar uma contribuição teórica própria, mobilizando o aparato econômico disponível para compreender as particularidades socioeconômicas do Canadá. Em

1923, Mackintosh publicou “*Fatores Econômicos da História Canadense*”, enquanto Innis concluía sua tese de doutoramento. Outras obras com esse viés são “*As cooperativas de trigo canadenses*” (MACKINTOSH, 1925), “*Alguns aspectos da Economia Pioneira*” (MACKINTOSH, 1936) e “*O poder de penetração do sistema-preço*” (INNIS, 1938).

Em todos esses casos, vemos a imaginação sociológica e econômica canadense em seu melhor. Distintas em seus temas, todas essas reflexões são marcadas pelo tema central da tradição intelectual canadense a dialética do centro e periferia, a temática da margem, da fronteira. Mais que simples espaço geográfico, a fronteira é a zona de desequilíbrio, a “zona de baixa pressão” para qual as forças produtivas se deslocam e onde, por ação de tal movimento, melhor se visualizam e se materializam as forças e impactos do desenvolvimento (NEILL, 1991, p.146 e GRANT, 2014, p.22).

3 Desenvolvementismo Canadense como uma Contribuição Original

Em 1893, a Exposição Universal de Chicago antecipava o surgimento de um século americano. Numa palestra à Associação Americana de História, Frederick Jackson Turner lançava as fundações de sua tese fronteirista: na expansão rumo ao

Oeste, os europeus – e com eles o capitalismo – iam se tornando mais e mais americanos. Mackintosh assimilou e adaptou o excepcionalismo americano de Turner à margem setentrional do Lago Ontário.² Nesse aspecto, Harold Innis, o “homem marginal” (WATSON, 2006), o secundou.

No período entreguerras, os canadenses redigiram sua contribuição à teoria geral do desenvolvimento econômico. Seu desenvolvimento era pensado na fronteira e, de certo modo, na margem. Temos aqui, contudo, um marginalismo distinto daquele proposto pelos neoclássicos. Temos uma macroeconomia distinta de Keynes, um estruturalismo distinto do latino-americano. Temos, enfim, uma escola de pensamento *sui generis*.

Nas palavras de Robin Neill (1991, p.133), Innis não era um autor que aplicava teorias e tampouco um pensador que as testava: ele as descobria, as criava. Muitos o vinculam, portanto, ao grupo dos antigos institucionalistas, outros aos autores da Escola Histórica. Pela originalidade de seu pensamento, contudo, nada nos impede de o alocarmos no panteão dos grandes nomes da Economia Política – Smith, Ricardo e Marx.

Pouco destacados na extensa tradição internacional da Economia Política (Innis) e da Macroeconomia (Mackintosh), os dois canadenses

passaram a vida refletindo sobre a particularidade canadense. Não sabiam, contudo, que suas reflexões alcançavam patamar universal. Voltaremos a visitar o pensamento de tais autores nos próximos artigos desta série.

Referências

- GIBSON, Frederick W. *Queen's University: Volume II, 1917-1961: to serve and yet be free*. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1983.
- GRANATSTEIN, J. L. *The Ottawa men: the civil service mandarins, 1935-1957*. Toronto: Oxford University Press, 1982.
- GRANT, Hugh. Who's your (grand) daddy? Watkins, Innis, and W.A. Mackintosh. In: STANFORD, Jim. *The staple theory at 50 reflections on the lasting significance of Mel Watkins' "A staple theory of economic growth"*. Canadian Centre for Policy Alternatives, March 2014. p. 20-24.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M. Staples political economy. In: _____. *The political economy of Canada: an introduction*. Toronto: McClelland and Stewart, 1992. Cap. 4, p. 92-109.
- NEILL, Robin. The staples thesis, 1920-40. In: _____. *A History of Canadian economic thought*. Londres e Nova York: Routledge, 1991. Cap.8, p. 129-148.
- WATSON, Alexander John. *Marginal man: the dark vision of Harold Innis*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

² Como em tantas outras partes do globo, o entreguerras canadense foi um momento em que “o idealismo passou a dar lugar ao materialismo e o imperialismo passa a dar lugar ao nacionalismo” (NEILL, 1991, p. 135). Em outra passagem, o autor aproxima

o projeto intelectual innesiano do dos (antigos) institucionalistas e da Escola Histórica. “Primeiro compreende-se a estrutura institucional de uma dada prática histórica. A teoria vem depois” (*idem*, p.133).

- 3 “É na história dos novos países que o desenvolvimento econômico pode ser melhor estudado” (Mackintosh, 1935, ‘Aspectos da Economia pioneira’ *apud* GRANT, 2014, p.22)

() Graduado em Ciências Econômicas, doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e pesquisador do Grupo de Pesquisas em Economia Geopolítica da Universidade de Manitoba. É bolsista de pós-doutorado da Mitacs. (E-mail: julio.moraes@usp.br).*

A Economia das Bacias Hidrográficas do Plano Nacional de Recursos Hídricos

JAQUELINE COELHO VISENTIN (*)

1 Introdução

O Brasil é conhecido pela sua disponibilidade hídrica satisfatória. Entretanto, existe uma distribuição espacial desigual desse recurso no país. Tais características, associadas à forte concentração econômica têm feito com que algumas regiões enfrentem restrições na disponibilidade de água doce.

Nesse contexto, estudar sobre o uso da água por parte das atividades econômicas em um recorte regional desagregado se configura em uma contribuição importante para o gerenciamento sustentável desses recursos.

Antes, porém, é preciso dispor de um sistema de informações em

termos dessas regiões, bem como conhecer suas estruturas econômicas, as quais, certamente, influenciam o uso de água por parte das economias locais.

Visto que um dos recortes regionais empregados no Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) foi definido em termos de 56 Bacias Hidrográficas, o objetivo desta pesquisa é produzir informações acerca da estrutura econômica dessas regiões. Desse modo, procurou-se produzir informações úteis ao gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil.

A fim de atender esse objetivo, estimou-se um sistema inter-regional de insumo-produto com 50 setores e 56 regiões para o ano de 2009.

Para tal, empregaram-se as metodologias disponíveis em Guilhoto e Sesso Filho (2005), Guilhoto *et al.* (2010) e Guilhoto *et al.* (2017).

No que se refere ao número de atividades econômicas consideradas, a maior desagregação possível frente ao limite computacional com o qual se trabalhou foi para o nível de 50 setores, onde se privilegiou a desagregação das atividades agrícolas e pecuárias, dada a sua importância em relação ao uso da água.

A seguir, segue a descrição do recorte regional e setorial com o qual se está trabalhando.

Mapa 1 – 56 Bacias Hidrográficas do PNRH



Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 1 – 56 Bacias Hidrográficas do PNRH

1 Amapá Litoral	15 Itaipucu	29 São Francisco Alto	43 Iguaçu
2 Negro	16 Mearim	30 Litoral SE	44 Doce
3 Trombetas	17 Parnaíba Baixo	31 Itaipucu-paraguaçu	45 Litoral ES
4 Paru	18 Parnaíba Médio	32 Contas	46 Paraiba do Sul
5 Foz Amazonas	19 Parnaíba Alto	33 Jequitinhonha	47 Litoral RJ
6 Solimões	20 Litoral CE PI	34 Litoral BA ES	48 Litoral SP
7 Purus	21 Jaguaribe	35 Paraguai 03	49 Litoral RJ SP
8 Madeira	22 Piranhas	36 Paraguai 02	50 Litoral SP PR SC
9 Tapajós	23 Litoral CE PB	37 Paraguai 01	51 Guaíba
10 Xingu	24 Paraiba	38 Paranaíba	52 Litoral RS
11 Tocantins Baixo	25 Litoral AL PE PB	39 Paraná RH1	53 Uruguai Alto
12 Tocantins Alto	26 São Francisco Submédio	40 Grande	54 Uruguai Médio
13 Araguaia	27 São Francisco Baixo	41 Tietê	55 Ibicuí
14 Gurupi	28 São Francisco Médio	42 Paranapanema	56 Negro RS

Fonte: ANA (2013).

Quadro 2 – 50 Setores Estudados

1	Arroz	26	Bebidas
2	Milho	27	Têxteis e outros
3	Cana-de-açúcar	28	Artefatos de couro e calçados
4	Soja	29	Produtos de madeira e outros
5	Frutas cítricas	30	Refino de petróleo e coque
6	Fruticultura	31	Álcool
7	Café	32	Elementos químicos e outros
8	Outras culturas	33	Siderurgia, metalúrgicos não ferrosos
9	Silvicultura	34	Máquinas e equipamentos
10	Extrativismo vegetal	35	Material elétrico e outros
11	Bovinos	36	Automóveis e outros
12	Outros pecuária	37	Indústria do mobiliário e diversos
13	Suínos	38	Energia elétrica (hidráulica)
14	Aves	39	Energia elétrica (outras fontes)
15	Extrativismo animal	40	Energia elétrica (cana)
16	Petróleo e gás natural	41	Transmissão e distribuição de energia elétrica, gás encanado
17	Extrativismo mineral	42	Água e esgoto
18	Mineral não metálico	43	Serviços de limpeza urbana
19	Abate	44	Construção
20	Fabricação de óleos vegetais	45	Comércio
21	Indústria de laticínios	46	Transporte
22	Beneficiamento de produtos vegetais	47	Outros serviços
23	Indústria do café	48	Educação e saúde mercantil
24	Outros produtos alimentares	49	Serviços domésticos
25	Fabricação de açúcar	50	Serviços públicos

Fonte: dados da pesquisa.

Além disso, este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira, apresentam-se os resultados sobre o papel das economias das Bacias Hidrográficas na economia nacional. Na terceira seção, as informações sobre as características estruturais das economias locais são exploradas e, em seguida, tratam-se das considerações finais.

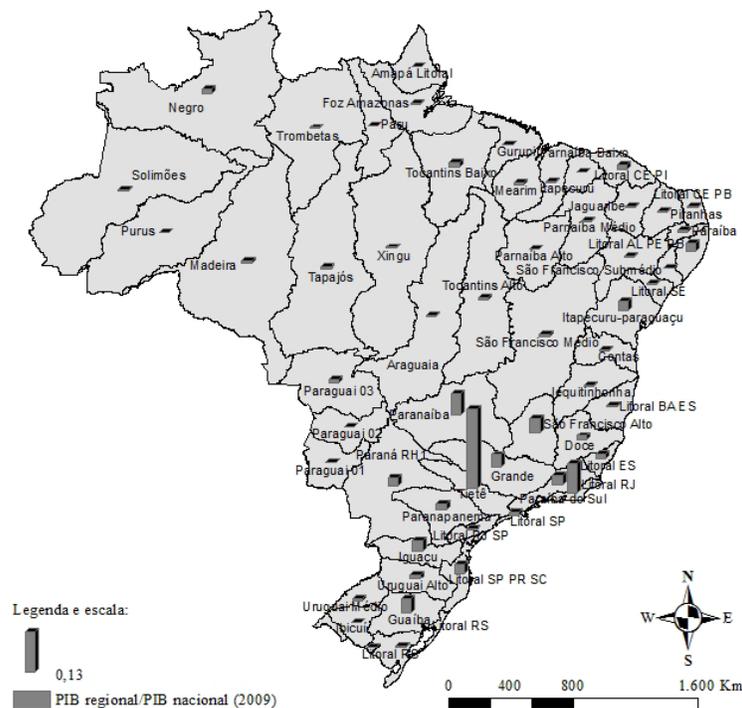
2 O Papel das Bacias Hidrográficas na Economia Nacional

De acordo com os resultados encontrados, verificou-se que do ponto de vista da composição regional do

PIB brasileiro, a Bacia Tietê foi a mais importante em 2009, sendo responsável por 26%, seguida da Bacia Litoral RJ (9%), Paranaíba (7%), Guaíba (5%) e Grande (4%), as quais responderam por mais de 50% do PIB nacional no período.

Quando se extrapola a análise para as demais Bacias, verifica-se considerável concentração do PIB nacional nas regiões Sudeste e Sul, ainda que duas Bacias da região Nordeste se destacaram entre as 11 mais importantes. São elas: Itapecuru-Paraguaçu e Litoral AL PE PB. Cada uma dessas duas foi responsável por 3% do PIB nacional no período, conforme ilustrado a seguir.

Mapa 2 - Distribuição Regional do PIB Nacional de 2009



Fonte: dados da pesquisa.

Ao verificar a distribuição espacial dos componentes do PIB de acordo com a ótica da demanda, confirmou-se, para todos eles, concentração na região Sudeste e em menor grau na região Sul. Isto é, mais de 50% do Consumo das Famílias, dos Gastos do Governo, dos Investimentos, das Exportações e Importações estavam concentrados nessas regiões.

No que se refere às principais regiões do ponto de vista do Valor Bruto da Produção (VBP) e da Massa Salarial (MS), o padrão verificado até então se manteve novamente. Ou seja, concentração nas Bacias localizadas principalmente nas regiões Sudeste e Sul.

No caso do Pessoal Ocupado (PO), o mesmo se mostrou ligeiramente menos concentrado visto que 52% do PO no Brasil estava lotado em oito regiões, e não em cinco, como verificado para as outras variáveis. De qualquer modo, confirmou-se mais uma vez o padrão de concentração nas regiões Sudeste e Sul. Assim,

como mencionado anteriormente, mais uma vez as Bacias Itapecuru-Paraguaçu e Litoral AL PE PB, localizadas no Nordeste, também se destacaram.

Portanto, no que se refere à distribuição espacial do PIB, VBP, PO e MS no Brasil, verificou-se forte concentração nas regiões Sudeste e Sul do país, com destaque para a Bacia Tietê. Assim, os dados estimados pela presente pesquisa corroboraram com os já previstos na literatura, indicando a boa qualidade das informações estimadas. (GUILHOTO; ICHIHARA, 2011).

3 Estrutura Produtiva das Bacias Hidrográficas Brasileiras

No que tange ao presente objeto de estudo, isto é, as Bacias Hidrográficas, possivelmente uma das maiores contribuições desta pesquisa se dá ao apresentar as características das suas economias, as quais são úteis,

entre outras finalidades, para o estudo sobre a relação entre estrutura produtiva local e o uso dos recursos hídricos.

Sobre essa questão, verificou-se que do ponto de vista dos componentes do PIB pela ótica da demanda, apenas sete regiões apresentaram estrutura parecida com a nacional. Isto é, sendo o Consumo das Famílias o principal elemento do PIB, seguido dos Gastos do Governo, Investimentos, Exportações e Importações internacionais.

As 49 Bacias restantes apresentaram estrutura diferente. Entre essas, a única onde os Gastos do Governo foi o principal componente do PIB foi a Bacia Paranaíba, possivelmente devido à sede do governo federal, Brasília, estar localizada nessa região. Em todas as outras, conforme verificado para a média nacional, o Consumo das Famílias foi o principal componente do PIB no período.

Ao contrário da economia do país como um todo, em 12 regiões os Investimentos foram maiores que os Gastos do Governo. São elas: (i) Tapajós; (ii) Tocantins Baixo; (iii) São Francisco Alto; (iv) Itapecuru-Paraguaçu; (v) Paraguai 02; (vi) Tietê; (vii) Iguaçu; (viii) Litoral ES; (ix) Litoral SP; (x) Litoral SP PR SC; (xi) Guaíba; e (xii) Uruguai Alto.

De qualquer modo, as parcelas dos Investimentos no PIB não excederam significativamente as parti-

cipações dos Gastos do Governo, visto que as primeiras excederam, em média, 2,1 pontos percentuais (p.p.) as últimas, no período.

No entanto, entre as regiões que se mostraram com maior orientação aos Investimentos, destacaram-se as Bacias Litoral ES e Litoral SP PR SC, para as quais os Investimentos foram responsáveis, em média, por 21% dos seus PIBs locais. Tais resultados excederam, em média, 3,8% a participação dos Gastos do Governo locais. Isso ocorreu devido à aquisição de bens de investimentos dos setores de Construção, Máquinas e equipamentos, além de Automóveis, caminhões, ônibus, peças e outros veículos.

De modo análogo, em sete Bacias as exportações foram mais importantes para os PIBs locais do que o Investimento. São elas: (i) Amapá Litoral; (ii) Tapajós; (iii) Xingu; (iv) Tocantins Alto; (v) Paranaíba Alto; (vi) Paraguai 03; e (vii) Doce.

Além disso, verificaram-se que em 37 Bacias as Importações foram maiores que as Exportações. Entre essas, as Bacias Negro e Solimões foram as que mais se destacaram. Por sua vez, o segundo caso chamou bastante a atenção porque suas importações foram responsáveis por 26% do PIB local em 2009, de modo que excedeu em 25 p.p. e em 14 p.p. a participação das Exportações e dos Investimentos na região, respectivamente. Essas informações indicam que se trata

de Bacias com forte orientação às importações.

Entre as 19 Bacias que apresentaram balança comercial superavitária no período, é importante destacar aquelas onde as exportações se mostraram como componente determinante do PIB regional, isto é, onde a sua importância foi significativamente maior que a média nacional (10,9%). Entre tais Bacias se destacaram: (i) Tapajós (33%); (ii) Xingu (25%); (iii) Amapá Litoral (23%); (iv) Tocantins Baixo (22%); (v) Paraguai 03 (20,9%); (vi) Paranaíba Alto (20,6%); (vii) Doce (19,6%); (viii) Litoral ES (19,3%); e (ix) Araguaia (16%). A participação média das exportações nos PIBs locais dessas Bacias excedeu, em média, 11 p.p. a média nacional em 2009.

Portanto, essas são Bacias com uma orientação maior às exportações¹, e no caso das Bacias Tapajós, Xingu, Paranaíba Alto e Araguaia a principal atividade exportadora em 2009 foi a Soja. Nas Bacias Amapá Litoral, Tocantins Baixo, Litoral ES e Doce foi o Extrativismo mineral (exceto combustíveis), enquanto na Bacia Paraguai 03 foi a Fabricação de óleos vegetais.²

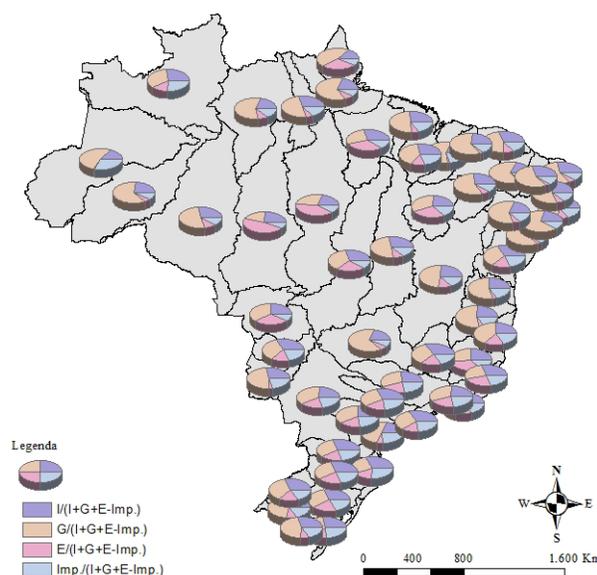
Esses resultados, por sua vez, oferecem um primeiro indicativo acerca da estrutura das economias regionais estudadas. De modo ilustrativo, pode-se distinguir as regiões com maior orientação ao Con-

sumo, Gastos do Governo, Investimentos, Exportações ou Importações.

Assim, visto que em todas as Bacias o Consumo das Famílias foi o principal responsável pelos PIBs locais, exceto a Bacia Paranaíba, conforme mencionado, o mapa a seguir mostra a composição parcial desses

PIBs. Isto é, são apresentadas as participações dos Investimentos, Gastos do governo, Exportações e Importações nas economias regionais. Desse modo, é possível visualizar como as estruturas econômicas locais foram distintas daquelas verificadas para o país como um todo no período.

Mapa 3 – Composição Parcial dos PIBs Regionais*



*Investimentos (I), Gastos do governo (G), Exportações (E) e Importações (Imp.).

Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere à composição dos VBPs locais, verificaram-se que 17 Bacias apresentaram composição distinta em comparação à média nacional, onde a ordem de importância dos grandes setores foi serviços, indústria, agricultura e pecuária.

Entre essas Bacias, em três as atividades industriais foram mais importantes em comparação com as dos serviços em 2009. São elas: (i) Negro; (ii) Solimões; e (iii) Paraíba do Sul. No caso da Bacia Negro, os principais setores industriais foram o Material elétrico e equipamentos eletrônicos, Automóveis, caminhões, ônibus, peças e outros veículos, além do setor de Bebidas.

A indústria da Bacia Solimões se destacou principalmente devido ao setor de Refino de petróleo e coque, enquanto na Bacia Paraíba do Sul os setores de Automóveis, caminhões, ônibus, peças e outros veículos, Siderurgia, metalúrgicos não ferrosos e Refino de petróleo e coque foram os que mais se destacaram.

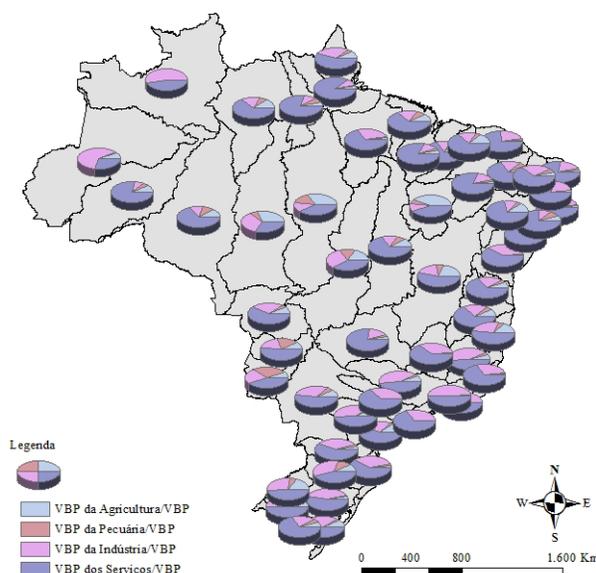
Seguindo o mesmo raciocínio, em cinco Bacias Hidrográficas as atividades agrícolas responderam por uma parcela maior do VBP local quando comparadas às atividades industriais no período. São elas: (i) Tapajós; (ii) Xingu; (iii) Tocantins Alto; (iv) São Francisco Médio; e (v) Ibicuí.

No caso das três primeiras regiões, o cultivo da Soja foi o que mais se destacou. Na Bacia São Francisco Médio, o setor Outras culturas foi o principal responsável por esse resultado, enquanto na Bacia Ibicuí o cultivo de Arroz foi o mais importante, seguido das Outras culturas e Soja.

Além disso, entre as 56 regiões estudadas, em dez a pecuária foi mais importante para o VBP local quando comparada à agricultura. São elas: (i) Paru; (ii)

Madeira; (iii) Tocantins Baixo; (iv) Piranhas; (v) São Francisco Baixo; (vi) Paraguai 02; (vii) Paraguai 01; (viii) Paraíba do Sul; (ix) Uruguai Alto; e (x) Negro RS. A criação de Bovinos foi a atividade pecuária mais importante em todas essas regiões, com exceção, porém, da Bacia Uruguai Alto, onde se destacaram as criações de Aves e Suínos. No mapa a seguir é apresentada a composição setorial dos VBPs regionais observados em 2009.

Mapa 4 – Composição Setorial dos VBPs Regionais em 2009

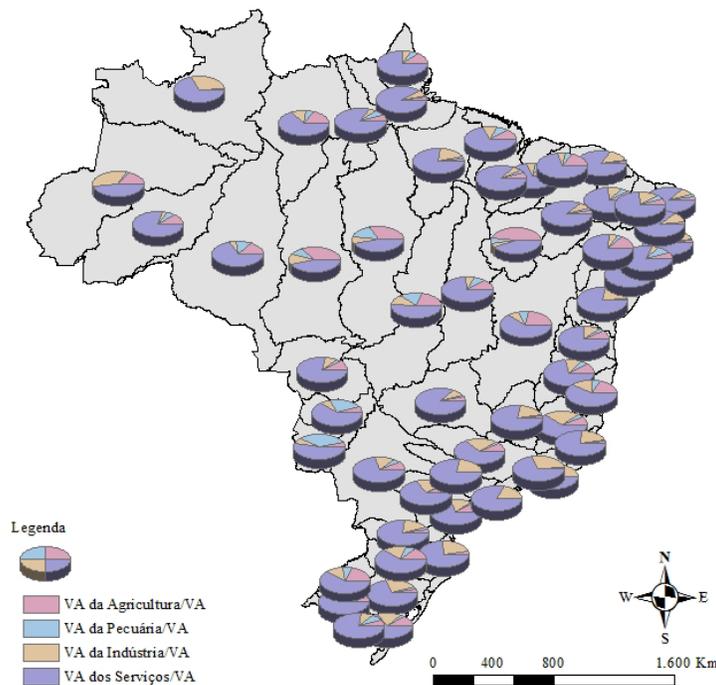


Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere ao Valor Adicionado (VA) regional, verificaram-se que 25 Bacias Hidrográficas apresentaram estrutura diferente da média nacional, onde, mais uma vez, o setor de serviços foi mais importante em relação à indústria, seguido da agricultura e pecuária. Entre as referidas regiões, em nenhuma as atividades industriais foram mais importantes do que os serviços em relação à participação no VA em 2009.

Em 18 regiões, a agricultura excedeu a indústria, sendo o cultivo de Outras culturas, Soja, Arroz e Fruticultura o principal responsável por esse resultado. Além disso, em nove Bacias, a pecuária foi mais importante quando comparada à agricultura, principalmente devido à criação de Bovinos. O mapa a seguir mostra as participações setoriais nos VAs regionais em 2009 para todas as Bacias estudadas.

Mapa 5 – Composição Setorial dos VAs Regionais em 2009



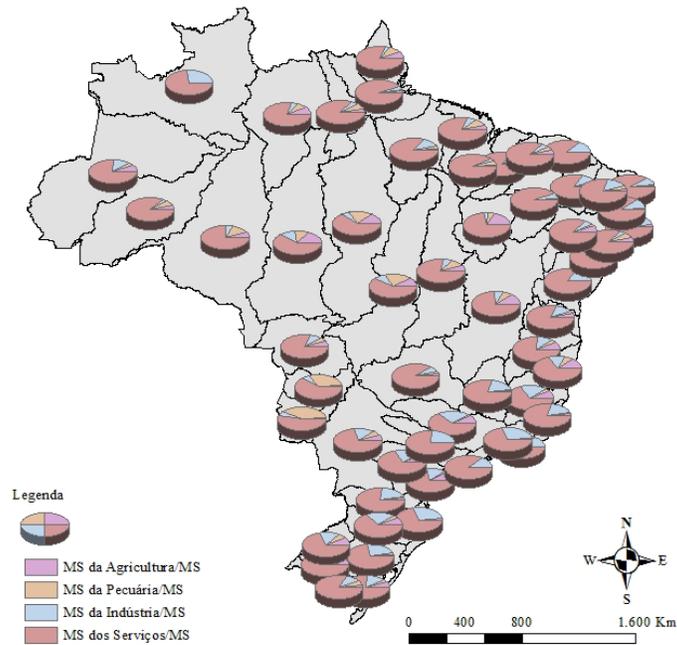
Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere às características das Bacias quanto à MS e ao PO, verificou-se que 26 e 40 regiões, respectivamente, mostraram estrutura diferente daquela observada para a economia nacional como um todo, e em nenhuma das Bacias estudadas o setor industrial superou o de serviços em termos de participação no total dessas variáveis.

No caso da MS, em oito regiões a agricultura apresentou maior importância em relação à indústria, e em 22 Bacias a pecuária foi mais importante quando

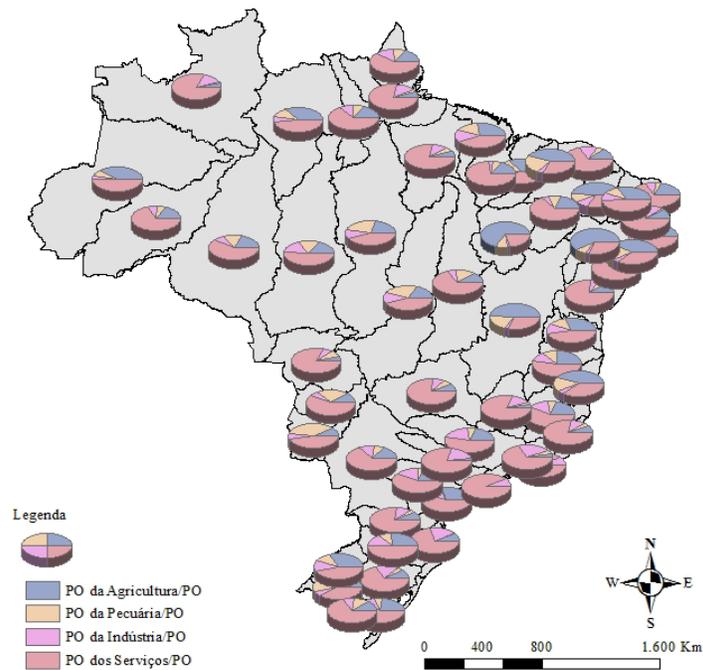
comparada à agricultura. No que se refere ao PO esses números, foram de 38 e 9 Bacias, respectivamente. Desse modo, verificou-se que a ordem de importância dos setores muda de acordo com as variáveis consideradas. Isto é, na comparação entre indústria, agricultura e pecuária, constatou-se que no caso da MS houve maior concentração na pecuária, enquanto no caso do PO houve maior concentração na agricultura. Os mapas a seguir ilustram as composições setoriais das variáveis MS e PO regionais em 2009.

Mapa 6 – Composição Setorial da Massa Salarial Regional em 2009



Fonte: dados da pesquisa.

Mapa 7 – Composição Setorial do Pessoal Ocupado regional em 2009



Fonte: dados da pesquisa.

O Brasil é um país de proporções continentais, de modo que essa característica muitas vezes justifica as diferenças regionais em inúmeros aspectos. As estruturas econômicas das Bacias Hidrográficas não fogem à regra. De acordo com as informações obtidas, verificou-se que muitas economias regionais apresentaram estrutura econômica bastante heterogênea quando comparadas à economia nacional.

Por sua vez, o conhecimento acerca dessas estruturas é fundamental para o estudo a respeito do uso dos recursos hídricos, pois as referidas diferenças, muito provavelmente, explicarão as diferenças regionais na dinâmica de utilização da água.

4 Considerações Finais

O panorama sobre a participação das economias das Bacias Hidrográficas na economia nacional mostrou que houve forte concentração do PIB, VBP, PO e da MS nas Bacias das regiões Sudeste e Sul do país, com destaque para a

Bacia Tietê. Por sua vez, muitas economias regionais apresentaram estrutura econômica bastante heterogênea quando comparadas à média nacional.

Assim, conhecida a estrutura econômica das Bacias é possível investigar, por exemplo, se o padrão verificado de concentração econômica se traduz ou não em concentração regional no uso de água.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2013. Brasília: ANA, 2013. Disponível em: <http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2013_rel.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimação da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais. *Economia Aplicada*, v. 9. n. 2. p. 277-299, 2005.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* *Matriz de insumo-produto do nordeste e estados: metodologia e resultados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. ISBN: 978.85.7791.110.3.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M. Interdependência regional e os complexos da agropecuária e de óleo e gás na economia brasileira. In: DELFIM NETTO, A. (Coord.). *O Brasil do século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 261-288. v.1, cap. 21.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* *Construção da matriz inter-regional de insumo-produto para o Brasil*. 2017. Texto para Discussão Nereus. Disponível em: <<https://www.usp.br/nereus/?td=nova-serie>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

1 Essa evidência pode estar relacionada ao fato que de algumas dessas Bacias são pontos de partida para as exportações nacionais, onde existem portos e/ou aeroportos.

2 Fabricação de óleos vegetais: (i) Óleo de soja em bruto e tortas, bagaços e farelo de soja; (ii) outros óleos e gordura vegetal e animal, exclusive milho; e (iii) óleo de soja refinado.

(* *Doutoranda em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Economia Regional e Urbana (NEREUS) e bolsista da Rede Clima. (E-mail: coelhovisentin@gmail.com).*

Achados na Matriz Insumo-Produto da América do Sul para o Ano de 2005¹

CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (*)

A difícil tarefa de se identificar as complementaridades produtivas e comerciais de uma região requer a construção de uma matriz insumo-produto regional (MIPR), empreitada realizada para a América do Sul pela primeira vez em iniciativa conjunta do CEPAL e do IPEA. Construída em consonância com os métodos dos institutos IDE-JETRO, OCDE-OMC e WIOD, tomou 2005 como ano de referência e abarcou 40 setores, conforme descreve CEPAL (2016). Apesar de não conter todos os países da América do Sul, já que excluiu Guiana e Suriname, a MIPR representou 98% do PIB da região naquele ano. Tendo em vista a importância dessa iniciativa, o objetivo deste artigo é analisar as estruturas produtivas e comerciais e os efeitos de encadeamento verificados na MIPR. Por estimularem a oferta e a demanda, os efeitos de encadeamento contribuem para a maior complexidade do tecido produtivo, incentivando também as inovações e progresso técnico, levando afinal ao aumento da produtividade, do emprego e da remuneração dos fatores. Os indicadores de encadeamento calculados para a MIPR 2005 foram de oferta tradicionais, tal como desenvolvidos originalmente por Hirsch-

man (1958) e Rasmussen (1956), para frente e para trás (*forward linkage*, relacionado à utilização de produtos de certo setor como insumos em outros setores e *backward linkage* relacionada à demanda por insumos)² e a participação do valor adicionado estrangeiro nas exportações brutas de um dado país (indicador para trás nas cadeias globais de valor).

1 Estrutura Produtiva e Comercial da América do Sul a partir da MIPR 2005

O valor bruto total da produção a preços básicos da região, em dólares, em 2005 foi de cerca de US\$ 3 trilhões. Dos 40 setores, aquele responsável pela maior parte (25,1%) do valor total produzido na América do Sul foi o de “outros serviços”. O segundo setor com maior parcela na produção total dos dez países foi “serviços para empresas de todo tipo”. Ainda tratando do total, destacam-se os serviços de “construção”, “transporte”, “finanças e seguros”. Portanto, a região da América Latina entrou no século XX firmemente como economias de serviços, principalmente o Uruguai, a Colômbia e o Brasil. Essas atividades represen-

tam menor parcela da produção total em relação aos vizinhos no Paraguai, Venezuela e Chile, onde “mineração (energia)”, “mineração (sem energia)” e “agrícola e florestal”, respectivamente, são mais expressivos.

Aliás, a produção primária correspondia a uma parcela da produção total (11,6%) elevada na região comparativamente à média mundial, chegando a 26,8% na Venezuela e 21,5% na Bolívia, embora somente 7,6% no Brasil e 8,5% no Uruguai, naquele ano. Já a indústria representou, em média, 33,6% do valor bruto da produção total na região, atingindo 44,7% no Paraguai – no qual se salienta o elevado peso de “máquinas e equipamentos” (6,4%). Neste grupo de atividades, os setores industriais de maior peso no total da região foram “outros produtos alimentícios” (3,8%) e “coque, petróleo e combustível nuclear” (3,2%). Por outro lado, os bens manufaturados de maior intensidade tecnológica representaram as menores parcelas do valor adicionado total (“farmacêuticos”, “equipamentos de escritório”, “máquinas e aparelhos elétricos”, “rádio, televisão, equipamentos de telecomunicações”,

“equipamento médico, ótico e instrumentos de precisão”, atividades de transporte em geral). Entretanto, cabe ressaltar que a indústria de veículos automotores assinalou 2,5% do valor bruto da produção da América do Sul, chegando a 3,3% do valor da produção no Brasil. Por sua vez, quando se analisa a importância de cada país para cada setor da produção da América do Sul, constata-se que o Brasil respondeu por mais da metade (53,6%) do valor da região, com amplo predomínio na maior parte dos setores, seguido por Argentina 11,5%, Chile 9,3%, Colômbia 8,8%, Venezuela 7,6%, Peru 4,5%, Equador 2,5%, Uruguai 1,0%, Paraguai 0,6% e Bolívia 0,6%.

No total, os dez países da América do Sul analisados exportaram cerca de US\$ 340 bilhões em 2005 segundo a MIPR, o que equivaleu a quase 12% do valor bruto total a preços básicos. Comparativamente, o Brasil apresentou o menor indicador exportações/ valor total da produção (8,2%), enquanto a Venezuela apresentou o maior (24,5%) naquele ano. A região não era rigorosamente primária-exportadora em 2005. O macrossetor primário (incluindo “agrícola e florestal”, “caça e pesca” e “mineração”) representou 34% do total exportado pela região, enquanto a indústria ficou com 55,5%. A indústria prevaleceu na pauta de Argentina (71,3%), Brasil (70,1%), Colômbia (53,8%), Paraguai (68,8%), Peru (52,7%) e Uruguai (66,4%). En-

tretanto, parcela considerável das exportações industriais era de baixa intensidade tecnológica e/ ou de recursos naturais processados, como alimentos (principalmente “outros produtos alimentícios”, com fatia de 8,0% nas exportações totais da América do Sul), “coque, petróleo e combustível nuclear” (7,3%), “ferro e aço” (4,5%), “metais não ferrosos” (3,4%), “carne e derivados, laticínios” (2,9%), “madeira, produtos de madeira e cortiça” (2,4%). Por outro lado, cabe destacar a contribuição de “veículos automotores, carrocerias e semicarrocerias” (4,6%), de “máquinas e equipamentos” (2,5%) e de “produtos químicos básicos” (2,4%) no total das exportações da América Latina, setores de média-alta intensidade tecnológica. Mas, individualmente, o setor mais importante no valor das exportações sul-americanas foi o de mineração, tanto “mineração (energia)” (15,9%) e “mineração (sem energia)” (11,3%). “Mineração (energia)” apontou como o principal setor das exportações venezuelanas (68,4%), equatorianas (48,1%), bolivianas (32,1%) e colombianas (29,3%). “Mineração (sem energia)” foi o líder das exportações chilenas (41,6%) e peruanas (38%). Vale destacar ainda o setor “agrícola e florestal”, responsável por 6% das exportações da América do Sul, que respondeu por 24,0% das exportações paraguaias e 12,6% das argentinas. O perfil exportador da América do Sul diferiu bastante do produtivo porque os serviços tive-

ram baixa participação, oscilando entre 0,1% na Venezuela, somando 15% no Brasil e Chile e atingindo 30% no Uruguai. Uruguai e Chile apresentaram uma parcela elevada de serviços de “transporte” (11,9% e 9,7%, respectivamente), enquanto “serviços para empresas de todo tipo” apontaram 8,6% do total do valor bruto exportado pelo Brasil. Em serviços, inclusive, é expressiva a parcela de 6,6% das exportações de eletricidade, água e gás sobre o total exportado pelo Paraguai, o que deve se referir essencialmente à energia elétrica gerada em Itaipu.

Tomando-se a importância de cada país para cada setor de exportação da América do Sul, constata-se que o Brasil foi o maior exportador da região (37,6%), mas com parcela bem aquém da que obtivera no valor total produzido em 2005 (53,6%). Em seguida, vieram: Venezuela (16%), Chile (13,5%), Argentina (12,6%), Peru (7,3%), Colômbia (6,5%), Equador (3,3%), Uruguai (1,4%), Bolívia (0,9%) e Paraguai (0,9%). Desse modo, relativamente ao tamanho da economia, Venezuela, Chile e Colômbia notadamente apresentam um protagonismo maior nas exportações da região. O Brasil foi também o líder regional nas exportações de 29 dos 40 setores, destacando-se bens manufaturados de média-alta e alta tecnologia, como “aeronaves e naves espaciais” (96,7%), “rádio, televisão e equipamentos de telecomunicação” (92,4%), e também serviços como “construção”

(90,2%) e “serviços para empresas de todo tipo” (85,1%). Ressalta-se, ainda, sua participação expressiva em “açúcar e produtos de confeitaria” (77,8%), “máquinas e equipamentos” (76,7%), “equipamentos de escritório” (74,9%) e “máquinas e equipamentos elétricos” (74,9%).

Em especial, os produtos primários da América do Sul destinam-se às outras regiões e países do globo, bem como os serviços. Em “agrícola e florestal”, somente Bolívia (64,8%) e Paraguai (64,1%), têm alta parcela das importações inter-regionais. Em mineração (energia), a Bolívia (64,8%). Em mineração (sem energia), apenas Equador (64,5%) e Paraguai (100%). Por outro lado, “eletricidade, água e gás” foi o único setor cujas exportações foram enviadas integralmente para a América do Sul em todos os países, sendo as de “construção” de Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela também 100% inter-regionais. Todas as exportações dos serviços de Equador, Paraguai e Venezuela se destinaram à região. Serviços de “finanças e seguros” do Peru (91,9%), Bolívia (9,5%) e Argentina (88,9%) também assinalaram alta parcela da região nas exportações totais, bem como “correios e telecomunicações” (100%) no Brasil – aliás, única exceção de destino inter-regional em serviços. Quanto às manufaturas, não se observou um padrão relacionando a fatia inter-regional à intensidade tecnológica, com variância elevada entre países

e setores. De modo geral, a média do comércio inter-regional dos setores em 2005 representava entre 26,8% (Brasil) a 68,2% (Paraguai) das exportações da indústria de transformação. Ou seja, em 2005 o comércio inter-regional era fundamental para a maior parte da região e representava os setores que supostamente apresentam maior intensidade tecnológica, o que potencializa a sofisticação do tecido produtivo e o desenvolvimento econômico, conforme a interpretação estruturalista, através de seus efeitos na renda e no emprego.

Na metade da década de 2000 houve um alívio geral da restrição externa na América do Sul, fundamentalmente por conta da elevação dos preços das *commodities* e do aumento da demanda internacional liderada por economias emergentes como China e Índia. Em 2005, o saldo comercial foi positivo para todos os países da MIPR. Mais além, em média o valor das exportações foi mais do que o dobro das importações. Na pauta de importações predominaram bens industriais (62%), seguido de serviços (29%) e bens primários (9%). Dentre os países, no Brasil foi maior o peso de bens industriais (70,6%), enquanto no Paraguai foi menor (39,6%). Individualmente, os setores com maior parcela nas importações da América do Sul foram “outros serviços” (9,8%) e “coque, petróleo e combustível nuclear” (9,2%). Quando se observam os principais setores importados

de cada país, percebe-se que alguns coincidem com os maiores de exportação, o que sinaliza esquemas de integração produtiva nas cadeias globais ou regionais. Em 2005, o Brasil se sagrou principal país importador da América do Sul, com parcela de 43,2%, fatia um pouco maior do que a assinalada nas exportações. Também predominou na maioria dos setores, 31 dos 40, sendo que aqueles em que tinha maior peso eram manufaturas de alta tecnologia e certos serviços – como “rádio, televisão e equipamentos de telecomunicações” (90%), “equipamentos de escritório” (89,1%), “aeronaves e naves espaciais” (81,1%) e “serviços para empresas de todo tipo” (70,3%). As exceções notáveis em que o Brasil não liderou as importações foram “correios e telecomunicações” (Venezuela obteve maior parcela, 37,3%), “transporte” (Chile 28,3%), “construção” (Argentina 34,7%), “madeiras e produtos de madeira” (Chile 31,7%), “calçados” (Argentina 30,9%), “bebidas” (Argentina 20,2%), “padaria e massas” (Colômbia 30,2%), “caça e pesca” (Peru 29,5%), “mineração (sem energia)” (Peru 36,7%).

A MIPR de 2005 permite inferir que um quarto das importações sul-americanas se deu entre os países da região, valor que difere entre cada um deles individual e setorialmente. As três menores economias da América do Sul consideradas no estudo, Bolívia, Paraguai e Uruguai foram justamente as que apresen-

tam maior parcela da importação advinda dos vizinhos, respectivamente, 64%, 60,5% e 49,7%. Em seguida, vieram Equador (40,5%), Peru (40,1%), Argentina (38,8%), Chile (31,5%), Venezuela (19%) e Brasil (13,7%). As economias maiores tenderam a importar mais de fora da região relativamente, mas há de se ressaltar que as parcelas de importação inter-regional da Argentina e do Chile, segunda e maior terceira economias daquele ano, foram mais expressivas do que a da Venezuela. Dentre os setores importados, aqueles em que o comércio inter-regional foi mais relevante são os de “metais não ferrosos” (50,3%) e de alimentos como “outros produtos alimentícios (53,6%), “açúcar e produtos de confeitaria” (44,1%), “bebidas” (43,9%), “carne e derivados, laticínios” (41,4%), “padaria e massas” (39,9%). Depois vieram produtos primários em geral, indústria de baixa e média intensidade tecnológica. As importações de serviços e indústrias de alta tecnologia são aquelas que têm menor parcela de origem regional, sendo os casos mais extremos “equipamentos de escritório” (1,6%), “rádio, televisão e equipamentos de telecomunicações” (4%) e “aeronaves e naves espaciais” (6,6%).

Em termos de valor adicionado, a decomposição da matriz por país mostra que a integração responde em média por menos de 10% em cada país. O Brasil era o país em que a participação doméstica do

valor adicionado é mais elevada (97,3%), e os vizinhos que mais contribuíram para o valor ali gerado são Argentina (1,2% do valor total) e Chile (0,8%). Em seguida, na ordem decrescente, a participação doméstica no valor adicionado total é maior na Venezuela (96,6%), Colômbia (95,8%), Argentina (94,9%), Chile (94,7%), Paraguai (94%), Equador (92,3%), Bolívia (90,1%) e Uruguai (88,3%). Ainda quanto à decomposição, cabe destacar que o Brasil e a Argentina são os países que mais participam do valor adicionado de seus vizinhos. Brasil respondeu por 4,2% do valor adicionado do Uruguai, 3,9% da Argentina, 3,2% da Bolívia, 2,7% do Paraguai, 1,8% do Equador, 1,2% da Venezuela e 1,1% da Colômbia. Já a Argentina chegou a responder por 5% no Uruguai, 3% no Paraguai, 2,9% no Chile, 2,7% na Bolívia, 1,2% no Brasil e 1,1% no Equador. Já o Uruguai e o Paraguai são os que menos contribuem para o valor adicionado total dos países da região. Tomando-se individualmente cada país, para o valor adicionado do Brasil somente a Argentina (1,2%) alcança participação acima de 1 p.p. e, analogamente, na Argentina, apenas o Brasil (3,9%). Para o valor adicionado boliviano, além de Brasil (2,7%) e Argentina (3,2%), teve participação relevante o Chile (1%). Para o Chile, Argentina (2,9%) e Peru (1%). Para a Colômbia, Venezuela (1,3%) e Brasil (1,1%). Para Equador, Colômbia (2,1%), Brasil (1,8%), Venezuela (1,2%) e Argentina (1,1%). Para

o Paraguai, somente Argentina (3,0%) e Brasil (2,7%). Para o Uruguai, Argentina (5%), Brasil (4,2%), Chile (1,3%). Para a Venezuela, Colômbia (1,4%) e Brasil (1,2%). Somente no Peru Argentina e Brasil não representaram mais do que 1 p.p. do valor adicionado, sendo principais contribuintes Equador (1,4%) e Colômbia (1%).

2 Efeitos de Encadeamentos da Matriz Insumo-Produto da América do Sul 2005

A Tabela 1 apresenta os cálculos agregados das ligações agregadas para trás da matriz regional de 2005. Nas colunas, analisa-se a contribuição dos países das linhas para a demanda final do país em questão. Quando o país da linha e o da coluna são o mesmo, têm-se os efeitos internos. Os encadeamentos para trás internos eram maiores no Brasil, Chile e Argentina; de outro modo, eram menos no Paraguai, na Bolívia e no Uruguai. Infere-se, também, que as ligações para trás entre países em geral teriam sido fracas. Contudo, existiram exceções importantes, a serem destacadas a seguir (soma dos efeitos de encadeamento do país sobre outro superior a 1).

Primeiramente, houve ligações para trás agregadas interessantes do Brasil na Argentina (3,63), Uruguai (3,05), Paraguai (1,81), Bolívia (1,75) e Equador (1,42). Tomando-se a América do Sul total,

os maiores efeitos advieram dos setores de atividades do Brasil de “vestuário”, “ferro e aço”, “outros equipamentos de transporte”, “celulose e papel, impressão”, “rádio, televisão e equipamentos de telecomunicações”. Por sua vez, nos países citados, os cinco setores do Brasil com efeitos de encadeamentos mais altos foram (em ordem decrescente):

- Na Argentina: “confeções”, “ferro e aço”, “outros equipamentos de transporte”, “celulose, papel, impressão e publicação”, e “rádio, televisão e equipamentos de comunicações”;
- No Uruguai: “veículos automotores, carrocerias e semicarrocerias”, “outros equipamentos de transporte”, “calçados”, “açúcar e produtos de confeitaria”, “celulose, papel, impressão e publicação”;
- No Paraguai: “ferro e aço”, “materiais não ferrosos”, “minerais não metálicos”, “construção”, “transporte”;
- Na Bolívia: “outras manufaturas”, “borracha plástica”, “calçados”, “construção”, “celulose, papel, impressão e publicação”;
- No Equador: “veículos automotores, carrocerias e semicarrocerias”, “ferro e aço”, “máquinas e equipamentos”, “produtos fabricados de metal” e “rádio, televisão e equipamentos de comunicações”.

Em segundo lugar, a produção argentina apresentava impactos for-

tes para trás sobre Uruguai (2,96), Chile (2,90), Paraguai (1,83) e Bolívia (1,25), nos seguintes setores (em ordem decrescente):

- No Uruguai: “calçados”, “produtos químicos básicos”, “borracha plástica”, “outros produtos químicos”, “produtos do tabaco”;
- No Chile: “mineração (energia)”, “coque, petróleo e combustível nuclear”, “produtos químicos básicos”, “açúcar e produtos de confeitaria”, “borracha plástica”;
- No Paraguai: “transporte”, “metais não ferrosos”, “ferro e aço”, “outros produtos alimentícios”, “minerais não metálicos”;
- Na Bolívia: “transporte”, “outras manufaturas”, “minerais não metálicos”, “borracha plástica”, “celulose, papel, impressão e publicação”.

Colômbia encadeava para trás mais significativamente Equador (1,90) e Venezuela (1,00) nos setores:

- No Equador: “borracha plástica”, “produtos químicos básicos”, “coque, petróleo e combustível nuclear”, “construção” e “confeções”;
- Na Venezuela: “calçados”, “veículos automotores, carrocerias e semicarrocerias”, “confeções”, “açúcar e produtos de confeitaria”, “produtos do tabaco”.

Venezuela e Peru também encadeavam para trás Equador (1,42 e 1,00, respectivamente). No caso da primeira, os setores com maiores efeitos para trás sobre o Equador

foram “ferro e aço”, “máquinas e equipamentos”, “produtos fabricados de metal”, “rádio, televisão e equipamentos de telecomunicações” e “equipamentos médicos, óticos e instrumentos de precisão”. Já os setores de atividades peruanas com maiores efeitos para trás sobre o Equador foram “rádio, televisão e equipamentos de telecomunicações”, “equipamentos médicos, óticos e instrumentos de precisão”, “metais não ferrosos”, “equipamentos de escritório”, “máquinas e equipamentos” e “metais não ferrosos”.

Examinando-se os setores com mais fortes e mais fracos efeitos de encadeamentos para trás internamente em cada país da América do Sul é possível encontrar algumas coincidências. “Carne e derivados e laticínios” foi a atividade que esteve entre as cinco de maiores efeitos para trás em todos países, exceto Brasil. “Padarias e massas, moagem” também figurava no ranking dos cinco mais em oito, dos 10 países (excetuando-se Colômbia e Peru). “Outros alimentos processados” em seis economias (Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Venezuela). Aparecendo no ranking de quatro países, “calçados” (Argentina, Paraguai, Peru e Uruguai). Em três países, “açúcar e produtos de confeitaria” (Brasil, Bolívia e Peru) e “produtos de madeira” (Bolívia, Chile e Paraguai). Ou seja, esses exemplos mostram que, em geral, os setores da indústria mais tradicional e em geral

trabalho-intensivas apresentaram os maiores efeitos de encadeamento para trás nos países da América do Sul em 2005, enquanto serviços e indústrias de maior intensidade tecnológica detinham os mais fracos. Somente Colômbia e Equador escapam um pouco deste perfil.

A Tabela 2 mostra os cálculos agregados das ligações agregadas para frente da matriz regional de 2005. Nas linhas, analisa-se a contribuição dos países das colunas para a demanda final do país em questão. Quando o país da linha e o da coluna é o mesmo, têm-se os efeitos internos. Os encadeamentos para frente internos eram maiores no Brasil, Argentina e Peru (Argentina e Brasil lideram impactos na região para frente tal como nas ligações para trás); de outro modo, eram menos no Paraguai, na Bolívia e no Uruguai (ordem idêntica à dos encadeamentos para trás). Percebe-se, novamente, que as ligações para frente entre países em geral teriam sido fracas. Porém, houve exceções dignas de nota, a serem apresentadas conseqüentemente (soma dos efeitos de encadeamento do país sobre outro superior a 1).

Primeiramente, houve ligações para frente agregadas interessantes do Brasil no Uruguai (3,91), Bolívia (3,30), Argentina (2,48), Chile (1,56) e Paraguai (1,54). Tomando-se a América do Sul total, os maiores efeitos advieram dos setores de atividades do Brasil de “produtos químicos básicos”,

“mineração (energia)”, “borracha plástica”, “correios e telecomunicações”, “coque, petróleo e combustível nuclear”. Por sua vez, nos países citados, os cinco setores do Brasil com efeitos de encadeamentos para frente mais altos foram (em ordem decrescente):

- No Uruguai: “ferro e aço”, “serviços para empresas de todos os tipos”, “outros produtos químicos”, “bebidas”, “borracha plástica”;
- Na Bolívia: “mineração (energia)”, “coque, petróleo e combustível nuclear”, “metais não ferrosos”, “transporte”, “serviços para empresas de todos os tipos”;
- Na Argentina: “coque, petróleo e combustível nuclear”, “produtos químicos básicos”, “mineração (energia)”, “outros produtos químicos”, “metais não ferrosos”;
- No Chile: “metais não ferrosos”, “mineração (sem energia)”;
- No Paraguai: “outros produtos químicos”, “agrícola e florestal”, “metais não ferrosos”, “ferro e aço”, “outros produtos alimentícios”.

A produção do Chile impactava para frente acima de 1 somente a Argentina (2,07), com destaque para os setores “eletricidade e gás”, “coque, petróleo e combustível nuclear”, “mineração (energia)”, “produtos químicos básicos” e “celulose, papel, impressão e publicação”.

Em terceiro lugar, a produção argentina apresentava impactos fortes para frente sobre Paraguai

(2,78) e Uruguai (2,41), respectivamente em:

- No Paraguai: “eletricidade e gás”, “calçados”, “agrícola florestal”, “ferro e aço”, “madeira, produtos de madeira e cortiça”;
- No Uruguai: “veículos automotores, carrocerias e semicarrocerias”, “ferro e aço”, “celulose, papel, impressão e publicação”, “calçados” e “produtos químicos básicos”.

Venezuela teve ligações para frente importantes sobre a Colômbia (2,33) e a Bolívia (1,33). Na primeira, os setores mais afetados foram “equipamentos de escritório”, “veículos automotores, carros e carrocerias”, “máquinas e aparelhos elétricos”, “produtos químicos básicos” e “têxteis”. Na Bolívia, foram “outros produtos alimentícios”, “agrícola florestal”, “açúcar e produtos de confeitaria”, “confeções” e “têxteis”. Colômbia tinha ligações para frente somente com a Bolívia acima de 1, incluindo os setores de “outros produtos alimentícios”, “finanças e seguros”, “agrícola e florestal”, “serviços para empresas de todos os tipos” e “confeções”.

Também dentre os setores com mais fortes e mais fracos efeitos de encadeamentos para frente internamente em cada país da América do Sul pode-se apontar algumas coincidências – mas em menor grau do que no caso das ligações para trás. “Serviços para empresas de todos os tipos” esteve entre os cinco de maiores efeitos para

frente em seis países: Argentina, Bolívia, Chile, Bolívia, Equador e Paraguai. “Eletricidade, água e gás” e “produtos químicos básicos” se destacaram em cinco países cada (no primeiro caso, Argentina, Chile, Equador, Peru e Venezuela; no segundo, Brasil, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela). Constavam na lista dos cinco setores com ligações internas para trás superiores em três países: “finanças e seguros”, “equipamentos médicos, óticos e de precisão”, “metais

não ferrosos”, “ferro e aço”, “minerais não metálicos”, “celulose, papel, impressão e publicação” e “mineração (energia)”. Isto é, os setores que têm maiores ligações para frente internas nos dez países da América do Sul em 2005 eram normalmente serviços e/ ou produtos intermediários ou matérias-primas da indústria de transformação. Por outro lado, produtos de alta intensidade de trabalho e/ ou de tecnologia apresentaram menores ligações internas para frente.

Tabela 1 – Ligações para Trás Agregadas da MIPR da América do Sul 2005

	ARGENTINA	BRASIL	BOLÍVIA	CHILE	COLÔMBIA	EQUADOR	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA
ARGENTINA	72,5	0,67	1,25	2,90	0,17	0,91	1,83	0,54	2,96	0,13
BRASIL	3,63	81,2	1,75	0,67	0,58	1,42	1,81	0,82	3,05	0,75
BOLÍVIA	0,07	0,10	53,2	0,04	0,10	0,07	0,04	0,09	0,01	0,21
CHILE	0,33	0,40	0,38	76,5	0,17	0,63	0,05	0,70	0,66	0,18
COLÔMBIA	0,01	0,01	0,15	0,07	68,9	1,90	0,00	0,77	0,00	1,00
EQUADOR	0,00	0,01	0,05	0,11	0,11	66,5	0,00	0,83	0,01	0,03
PARAGUAI	0,16	0,04	0,09	0,08	0,00	0,03	51,7	0,06	0,08	0,03
PERU	0,04	0,12	0,39	0,62	0,33	1,00	0,00	65,3	0,06	0,12
URUGUAI	0,08	0,05	0,03	0,03	0,01	0,07	0,02	0,00	58,0	0,02
VENEZUELA	0,01	0,04	0,10	0,07	0,70	1,42	0,00	0,56	0,64	59,7

Fonte: Elaboração própria a partir de MIPR 2005.

Tabela 2 – Ligações para Frente Agregadas da MIPR da América do Sul 2005

	ARGENT	BRASIL	BOLÍVIA	CHILE	COLÔMBIA	EQUADOR	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZ
ARGENTINA	71,1	2,48	0,11	2,07	0,11	0,13	0,13	0,17	0,22	0,08
BRASIL	0,86	81,2	0,03	0,14	0,09	0,04	0,03	0,08	0,05	0,10
BOLÍVIA	0,58	3,30	53,2	0,37	1,01	0,23	0,04	0,59	0,00	1,34
CHILE	0,47	1,56	0,05	76,5	0,15	0,16	0,00	0,34	0,05	0,14
COLÔMBIA	0,02	0,08	0,02	0,09	68,9	0,59	0,00	0,54	0,00	2,33
EQUADOR	0,00	0,13	0,03	0,18	0,64	66,5	0,00	0,97	0,00	0,14
PARAGUAI	2,78	1,54	0,16	0,72	0,03	0,08	51,7	0,24	0,10	0,18
PERU	0,06	0,41	0,10	0,77	0,35	0,41	0,00	65,3	0,01	0,13
URUGUAI	2,41	3,91	0,03	0,40	0,09	0,20	0,05	0,02	58,0	0,23
VENEZUELA	0,02	0,23	0,01	0,08	0,92	0,26	0,00	0,23	0,02	59,7

Fonte: Elaboração própria a partir de MIPR 2005.

Por fim, avaliou-se o quanto a região está integrada nas cadeias através do indicador mais utilizado: valor adicionado importado nas exportações – conhecido como “indicador para trás das cadeias globais de valor”. A MIPR 2005 revela que, de modo geral, a integração nas cadeias dos países da região era baixa, ainda que heterogênea: Argentina, menos integrada em 2005 apresentou somente 5,0% do valor das

exportações importado; enquanto Uruguai deteve maior indicador, 25,0%. Entre os dois extremos, com participações de 9,2% a 16,3%, estavam Venezuela (9,2%), Peru (9,3%), Paraguai (9,4%), Brasil (11,4%), Colômbia (11,9%), Chile (13,8%), Bolívia (15,4%) e Equador (16,3%), nessa ordem. Evidencia-se, ainda, que na América do Sul os setores de bens primários e de serviços possuíam menores indicadores para trás

de valor adicionado estrangeiro nas exportações em 2005 de acordo com cálculos a partir da MIPR 2005. Na indústria de transformação, percebe-se uma associação positiva entre a intensidade tecnológica e o indicador – apesar de que na maioria as exportações brutas de alta e média intensidade tecnológica são baixas relativamente às dos demais setores.

3 Considerações Finais com Relação à Complementaridade Produtiva na América do Sul em 2005

O presente mapeamento das estruturas comerciais e produtivas através da matriz insumo-produto regional 2005 traz contribuições interessantes para avaliar a complementaridade produtiva na região – especialmente no que concerne à detecção de relações setoriais mais dinâmicas. Olhando para alguns possíveis clusters, em 2005 tinha-se o Brasil como polo na maior parte dos setores, mas destacavam-se as ligações de “vestuário”, “ferro e aço”, “outros equipamentos de transporte”, “celulose e papel, impressão”, “rádio, televisão e equipamentos de telecomunicações”, “produtos químicos básicos”, “mineração (energia)”, “borracha plástica”, “correios e telecomunicações”, “coque, petróleo e combustível nuclear” – notadamente sobre Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

A Argentina estabelecia relações interessantes com Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia. E parecia haver uma quadrangulação comercial e produtiva em termos de alguns setores entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

De forma geral, o Brasil em 2005 era claramente o líder regional, apresentando a economia de maior porte, tecido produtivo mais diversificado e desenvolvido e também relações comerciais de maiores valores absolutos. Contudo, para que a integração regional se consolidasse, seria necessário que seu papel de locomotiva visualizasse o estabelecimento não meramente da exportação de manufaturas de maior intensidade tecnológica e importações de bens de menor intensidade tecnológica de seus vizinhos. Ao contrário, desde uma perspectiva estruturalista, seria interessante apostar no aumento da complexidade das relações, aumentando o valor das atividades desempenhadas transversalmente – nos setores de todas as intensidades tecnológicas, aproveitando-se das vantagens comparativas inicialmente postas mas, através do conhecimento e da tecnologia, que progressivamente migraria para novas vantagens comparativas mais sofisticadas. Essa trajetória não se constrói somente pelo mercado; deve contar com a atuação política dos Estados envolvidos, que priorize a construção de um

projeto sul-americano de fortalecimento da integração produtiva, em benefício do emprego, da renda e da produtividade como mecanismo importante para o desenvolvimento socioeconômico e melhor distribuição pessoal, funcional e regional da renda.

Referências

- ATLAS DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA. Harvard's Center for International Development. *Ranking de complexidade econômica por país e por produto*. Disponível em: <atlas.cid.harvard.edu>
- CEPAL. *Construcción de una Matriz de Insumo-Producto para América del Sur: Principales supuestos y consideraciones metodológicas*. Unidad de Integración Regional de la División de Comercio Internacional e Integración (DCII) de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), a solicitud del Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de Brasil (IPEA), 13 de maio de 2016.
- HIRSCHMAN, Albert Otto. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- MILLER, R.E.; BLAIR, P.D. *Input-output analysis: foundations and extensions*. Englewood, New Jersey: Prentice-Hall, 2009.
- OCDE; OMC. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Organização Mundial do Comércio. *Trade in Value Added (TIVA)*. Disponível em: <://stats.OCDE.org/Index.aspx?DataSetCode=TIVA_OCDE_WTO>
- RASMUSSEN, P.N. *Studies in inter-sectoral relations*. Amsterdam: North Holland, 1956.
- WIOD. World Input-Output Database. *Contas socioeconômicas, indicadores CGV*. Disponível em: <http://www.wiod.org/new_site/home.htm>.

-
- 1 Artigo resultante do relatório de pesquisa elaborado pela autora para o IPEA na Chamada Pública PNPd nº 116/ 2015
 - 2 O cálculo dos encadeamentos para trás e para frente foi realizado a partir das matrizes de coeficientes técnicos originais da MIPR, a matriz inversa de Leontief e a matriz inversa de Ghosh, conforme metodologia descrita em Miller e Blair (2009). Foi preciso eliminar na MIPR da América do Sul e nas nacionais os setores que não registraram produção (todos os valores zerados, caso contrário, não seria possível invertê-las para montar a matriz de Leontief e de Ghosh), afinal, o setor não existe nesse país e a sua eliminação não afeta a interpretação da economia.

() Economista graduada pela FEA-USP, professora dos Bacharelados de Ciências Econômicas e de Relações Internacionais, CECS-UFABC.
(E-mail: cristina.reis@ufabc.edu.br).*

Lucratividade, Desenvolvimento Técnico e Distribuição Funcional: Uma Análise da Economia Brasileira entre 2000 e 2013¹

GUILHERME KLEIN MARTINS (*)

O início do século XXI tem sido um período particularmente intenso para a sociedade brasileira. Entre 2000 e 2013 o país passou por diferentes fases. Partiu da insatisfação com a estagnação econômica e social, passou por elevado otimismo relacionado a importantes transformações sociais, à retomada de crescimento mais elevado e ao aparente maior protagonismo político internacional, e terminou com indicativos de esgotamento do modelo anterior, o que levaria, na sequência, à maior recessão e a uma das maiores crises políticas de sua história.

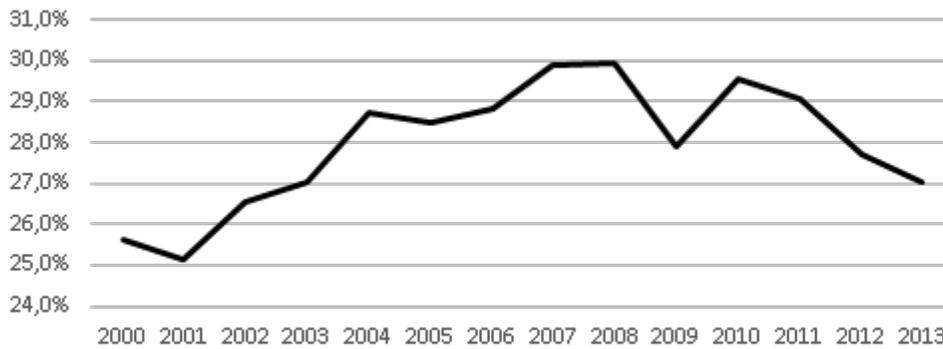
Nosso trabalho busca analisar esse período da economia brasileira utilizando como objeto central a taxa de lucro. Tal variável, além de ser importante para o desenvolvimento econômico para diversas linhas teóricas, nos possibilita estender a análise a alguns pontos que acreditamos ser indicadores fundamentais, do ponto de vista teórico, das transformações econômicas ocorridas. Desta forma, nossa abordagem sobre a taxa de lucro privilegia seu uso para estudar ciclos de médio prazo, fornecendo, através de decomposições, informações tanto sobre alterações na capacidade produtiva da economia quanto sobre a distribuição

do produto entre trabalhadores e capitalistas.

1 Taxa de Lucro no Brasil entre 2000 e 2013

A taxa de lucro é definida como a razão entre o fluxo de lucros e o estoque líquido de capital fixo da economia. Para o cômputo deste último, foi utilizado o Método do Estoque Perpétuo e os dados de FBCF do IBGE (2006; 2015).² O lucro total foi obtido também do IBGE (2016), através de tratamento dos dados da Tabela de Recursos e Usos. O resultado pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1- Taxa de Lucro, 2000-2013



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

É possível fazer uma série de decomposições a partir da taxa de lucro. Acreditamos que uma delas, apresentada a seguir, é ampla o suficiente e contempla alguns dos principais elementos para entendermos a evolução da economia brasileira no período:

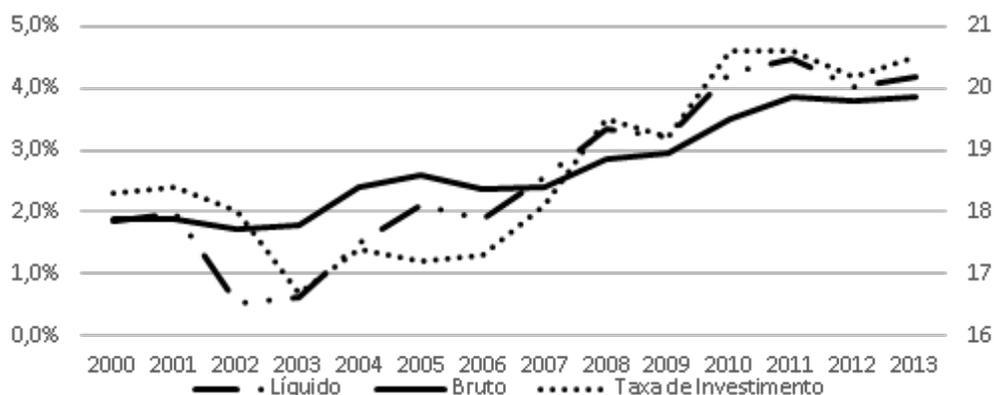
$$r = \Pi / K_l = (\Pi / Y) * (Y / L) * (L / K_b u) * (K_b / K_l) * u$$

em que r é a taxa de lucro; Π / Y é a parcela de lucros na renda (ou *profit-share*); Y / L é a produtividade do trabalho; $L / K_b u$ é o inverso da mecanização real; K_b / K_l é o que chamamos de estrutura etária do capital (em que K_b é o estoque bruto de capital da economia, e K_l o estoque líquido); e u é o nível de utilização da capacidade instalada.

Todos esses elementos são utilizados com frequência em diferentes tipos de análise econômica, à exceção da estrutura etária do capital; faremos, portanto, uma breve explicação de sua origem e utilidade. O estoque líquido de capital, segundo o manual da OCDE (2009), “é concebido para refletir a *riqueza* do proprietário do bem em um determinado ponto no tempo”, não sendo, portanto, a melhor medida da capacidade produtiva da economia. O mesmo manual aponta que o estoque bruto pode ser usado como *proxy* do capital produtivo, sugestão por nós seguida – uma vez que buscamos analisar mudanças na produtividade do insumo.

Acreditamos que a introdução desta discussão pode ser uma das contribuições do presente trabalho, uma vez que, não raro, estudos de diferentes vertentes concluem que mudanças na produtividade do capital são os principais responsáveis por variações na taxa de lucro, no crescimento, ou na PTF. Contudo, se considerarmos que tal indicador deveria representar mudanças mais estruturais (seja tecnológica, organizacional ou institucional), variações bruscas devem ser vistas com ressalva. Uma das explicações para a grande variância na produtividade do capital ao longo dos ciclos pode ser, justamente, o uso do estoque líquido: como a Figura 2 indica, seu crescimento acompanha de perto a taxa de investimento, variável das mais voláteis ao longo dos ciclos econômicos. Por fim, a razão entre K_b / K_l , além de compatibilizar o uso do estoque líquido de capital na taxa de lucro (algo que faz sentido uma vez que se busca medir um valor contábil, ligado à riqueza e dependente dos preços) e do estoque bruto no componente tecnológico da decomposição, nos indica o que Steindl (1952) chamou de “estrutura etária do capital” – resumidamente, quando, por exemplo, a razão se eleva, o estoque bruto cresce mais do que o líquido por uma baixa nos investimentos, de forma que a idade média do estoque de capital aumenta.

Figura 2 - Taxas de Crescimento do Estoque de Capital Líquido e Bruto, e Taxa de Investimento



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O crescimento da taxa de lucro e seus componentes são indicados na Tabela 1. Divide-se o período de análise em quatro intervalos, que representam fases distintas da taxa de lucro. Na primeira delas, entre 2000 e 2004, a taxa de lucro cresce de forma intensa, favorecida por todos os componentes, com destaque para o aumento da parcela da renda nacional destinada aos lucros, e para os indicadores que apontam desmecanização e envelhecimento do estoque de capital, refletindo baixos níveis de investimento; desta forma, o aumento do lucro ocorre, do ponto de vista distributivo, por maior remuneração do capital, e, do ponto

de vista produtivo, por aumento da escassez relativa do capital e baixo crescimento de seu valor contábil. A partir de 2004, alguns componentes invertem suas dinâmicas, notadamente a distribuição funcional, que passa a tender para os salários, e a mecanização e produtividade do trabalho, indicando aumento dos investimentos. Ainda assim, até 2007, a taxa de lucro segue crescendo, em grande parte pelo aumento na utilização de capacidade ociosa, mas também pela manutenção do envelhecimento do capital, que diminui seu valor contábil. Entre 2007 e 2010, a taxa de lucro estagna, apesar do maior crescimento na produtividade do

trabalho, em consequência do aumento na taxa de investimento, que eleva a mecanização e passa a influenciar positivamente o valor do capital (estrutura etária negativa, isto é, há queda na idade média do estoque de capital). Entre 2010 e 2013 a tendência de crescimento se reverte completamente, com queda intensa na taxa de lucro, com contribuições importantes da diminuição no ritmo de aumento da produtividade do trabalho, manutenção da intensificação em capital da economia, queda na utilização de capacidade e agudização do aumento da parcela de salários na renda.

Tabela 1 – Decomposição Completa da Taxa de Lucro (Crescimento Médio Anualizado)

	Taxa de lucro	Profit-share	Produtividade do trabalho	Inverso da mecanização real	Estrutura etária do capital	Utilização
2000-2013	0,6%	-0,4%	1,6%	-0,8%	0,1%	0,1%
2000-2004	3,0%	0,8%	0,6%	0,8%	0,8%	0,1%
2004-2007	1,7%	-0,9%	2,3%	-1,0%	0,3%	1,0%
2007-2010	-0,1%	-0,5%	2,8%	-1,8%	-0,5%	0,0%
2010-2013	-2,7%	-1,2%	1,1%	-1,7%	-0,4%	-0,6%

Fonte: IBGE, FGV. Elaboração própria.

Busca-se estimar, também, a taxa de lucro dos principais setores no período. O método é análogo àquele feito para a economia como um todo, à exceção dos dados de FBCF, que são originários da Matriz de Absorção de Investimentos (MAIs), de Miguez (2016), para o

período entre 2000 e 2013 – e, a partir da qual, faz-se estimações para os anos anteriores.³ A Tabela 2 resume os resultados. Algumas tendências ficam claras e nos ajudam a entender o período, como será aprofundado a seguir: *i*) elevação da taxa de lucro da Extrativa

Mineral; *ii*) crescimento da lucratividade da Indústria entre 2000 e 2004, estagnação até 2010, e queda intensa desde então; *iii*) grande crescimento na taxa de lucro do Comércio e Serviços, principalmente a partir de 2004.

Tabela 2 – Taxas de Lucro Setoriais

	Extrativa mineral	Indústria	S.I.U.P.	Construção	Comércio	Serviços	Adm. Pub. ⁴	Agropecuária
2000	27,6%	18,2%	10,1%	57,1%	16,9%	92,9%	4,0%	20,9%
2001	34,4%	18,4%	11,4%	47,6%	17,6%	95,5%	4,1%	20,8%
2002	46,0%	16,4%	12,3%	48,3%	12,9%	108,2%	4,0%	25,9%
2003	52,9%	24,0%	12,6%	27,7%	27,1%	105,2%	4,3%	31,0%
2004	65,0%	26,9%	14,0%	35,9%	31,5%	108,5%	4,4%	25,5%
2005	92,4%	25,7%	14,5%	30,1%	36,9%	111,7%	4,5%	18,3%
2006	112,1%	25,6%	15,2%	30,0%	40,1%	117,9%	4,6%	20,7%
2007	95,1%	26,9%	15,0%	36,7%	47,5%	122,6%	4,5%	24,4%
2008	133,3%	27,5%	12,9%	28,0%	58,2%	116,3%	4,6%	23,3%
2009	68,2%	24,7%	13,1%	44,2%	65,3%	119,6%	4,7%	25,5%
2010	111,5%	26,2%	14,3%	55,3%	68,3%	118,9%	4,6%	23,9%
2011	139,4%	21,8%	13,2%	50,3%	71,9%	114,6%	4,7%	28,0%
2012	138,9%	16,0%	11,6%	44,7%	71,8%	118,2%	4,8%	27,6%
2013	117,6%	15,7%	8,9%	42,1%	71,2%	122,7%	4,9%	28,6%

Fonte: IBGE e MAIs. Elaboração própria.

Para analisarmos melhor a dinâmica da taxa de lucro no período, buscamos analisar setorialmente o comportamento de dois importantes componentes, a saber, a produtividade do trabalho e a distribuição funcional da renda. Os resultados nos indicam se as mudanças ocorridas no período se deram de maneira homogênea entre os setores, ou através de uma mudança na estrutura produtiva do país.

2 Produtividade

A Tabela 3 nos apresenta as produtividades do trabalho dos princi-

pais setores econômicos. Além de reforçar as três tendências apresentadas anteriormente para a taxa de lucro, devemos destacar o comportamento da Agropecuária, que mais do que dobrou sua produtividade entre 2000 e 2013. Contudo, o resultado expressivo da Agropecuária e da Extrativa mineral deve ser ponderado, uma vez que houve no período grande elevação nos preços de seus produtos, fenômeno conhecido como “boom das *commodities*”.

O argumento de que o crescimento brasileiro no período em questão foi possível somente por uma me-

lhora nos termos de troca aparece com frequência nos debates. Uma das linhas explicativas mais exploradas indica que uma melhora nos termos de troca, por favorecer a Balança Comercial, geraria uma apreciação cambial, tornando mais barata a importação de insumos mais produtivos, beneficiando a economia. Ao fazermos uma primeira aproximação para testar tal hipótese, também utilizando a MAIs, encontramos que houve, na verdade, queda no peso de máquinas e equipamentos importados no total do investimento entre 2000 e 2013, de 14,3% para 12,2%.

Tabela 3 – Produtividades Setoriais do Trabalho (R\$ 1000 de 2000)

	Extrativa mineral	Indústria	S.I.U.P.	Construção	Comércio	Serviços	Adm. Pub.	Agropecuária
2000	75,18	19,00	61,10	12,86	6,11	16,96	20,87	3,41
2001	79,34	19,38	53,80	12,60	6,07	16,74	21,05	3,73
2002	97,28	19,27	68,14	11,67	5,71	16,27	21,51	3,85
2003	109,15	17,71	67,15	10,90	5,29	15,61	21,30	4,36
2004	109,62	21,44	66,11	9,68	7,42	15,34	21,29	4,55
2005	136,88	20,59	70,10	9,19	7,34	15,40	20,79	4,36
2006	185,82	20,85	70,58	9,08	8,15	15,22	21,88	4,01
2007	198,63	21,62	72,90	9,62	9,19	16,68	22,42	4,18
2008	182,85	22,36	66,81	10,04	10,34	17,50	23,71	4,82
2009	238,82	21,29	61,33	10,05	10,66	17,47	26,22	5,12
2010	150,74	22,88	65,07	12,45	12,61	18,94	26,43	5,74
2011	207,89	22,99	72,40	14,81	12,61	19,59	27,43	6,29
2012	251,92	20,01	65,32	13,34	12,51	20,13	26,29	6,51
2013	276,79	20,74	64,06	14,94	14,48	20,78	27,30	7,68

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Seguindo o argumento explicativo anterior até o ponto de que uma melhora nos termos de troca pode ter levado à apreciação cambial, destacamos o desempenho de três grupos afetados distintamente por tal aumento: i) "Commo-

dities", agrupa Extrativa mineral e Agropecuária, e seria afetada relativamente pouco, uma vez que a elasticidade-preço de bens primários costuma ser baixa e cujos preços são determinados internacionalmente; ii) Indústria, que

seria muito atingida por câmbio; iii) *Non-Tradable* (EAPSIUP), que engloba Comércio e Serviços, e também seria pouco afetada por câmbio por serem atividades, em sua maioria, não comercializáveis.

Tabela 4 – Contribuições Setoriais para a Produtividade do Trabalho (Tradable e Non-Tradable)

		2000-2004	2004-2007	2007-2010	2010-2013
Tradable	"Commodities"	2,3%	0,3%	0,5%	3,1%
	Indústria	2,5%	1,0%	1,7%	-1,5%
Non-Tradable		-3,0%	9,4%	15,3%	10,6%
Non-Tradable (EAPSIUP)		-3,6%	7,4%	11,9%	9,1%

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A Tabela 4 nos indica que, até 2004, a Indústria era o setor que mais contribuía para o aumento na produtividade do trabalho; contudo, essa tendência se inverte a partir de 2004, com grande desenvolvimento das atividades não comercializáveis, e de *commodities* a partir de 2010.

Parece-nos que há duas possibilidades, interligadas, que podem relacionar os termos de troca ao crescimento econômico e à produtividade no período: uma delas é que uma elevação nos termos de troca teria permitido uma melhora importante na conta corrente⁵, que viabilizou um aquecimento da demanda doméstica sem riscos de crise da balança de pagamentos – como vimos, a partir de 2004, grande parte dos setores mais dinâmicos da economia são os *non-tradables*, o que pode indicar que

houve grande vazamento de demanda por produtos comercializáveis no período (notadamente ligados à Indústria de Transformação). Ou seja, uma vez que a economia estava muito aquecida no período e que tal fato se refletiu quase que exclusivamente nos setores não comercializáveis,⁶ naqueles setores em que não houve dinamismo pode-se esperar que a demanda tenha sido suprida por importações. Assim, a melhora nos termos de troca – e os consequentes superávits na conta corrente –, parecer ter possibilitado uma política de aquecimento da economia doméstica sem maiores riscos de uma crise de Balanço de Pagamentos. Além disso, a segunda hipótese – interligada à primeira – é que a melhora nos termos de troca pode ter sido importante também indiretamente, uma vez que, ao permitir tal desenvolvimento com elevada

expansão da demanda, teria funcionado tanto para que possíveis retornos à escala da economia (principalmente de setores de Serviços e Comércio⁷) fossem ativados, refletindo em maior crescimento da economia e da razão produto-capital técnica real, quanto para expansão da capacidade produtiva via aumento da oferta de fatores de produção, por aumento do número de trabalhadores e aceleração do acúmulo de capital.

O primeiro ponto está relacionado teoricamente às contribuições de Thirlwall para a compreensão do crescimento. Em seus artigos semanais (THIRLWALL, 1979 e THIRLWALL; HUSSAIN, 1982), o autor aponta que, para países de economia aberta, a maior restrição ao crescimento da demanda – e, conseqüentemente, de uma perspectiva Keynesiana, do produto – é

aquela imposta pelo equilíbrio do Balanço de Pagamentos.⁸ Quando não há tal restrição, a pressão de uma elevação da demanda sobre a utilização de capacidade pode elevar a taxa de crescimento da mesma, incentivando investimentos e gerando um ciclo virtuoso.

O que nos parece ter ocorrido no Brasil foi, justamente, um afrouxamento de uma restrição externa no sentido apresentado, proveniente da grande elevação do valor das exportações do país, que gerou amplo superávit comercial entre 2002 e 2009. A restrição externa ocorre quando o câmbio não consegue se alterar a ponto de equilibrar a balança comercial – o que parece

ter ocorrido no Brasil no período, mas de maneira invertida. Com a elevação do valor exportado, o real se valorizou, afetando os bens exportáveis não primários, isto é, a Indústria de Transformação, mas não aqueles ligados às *commodities*, uma vez que a elasticidade-preço de bens primários é relativamente baixa, de forma que o país seguiu tendo superávits. Desta forma, o Brasil conciliou um relaxamento da restrição externa no agregado, viabilizando um forte estímulo à demanda doméstica, com um *relativo*⁹ desestímulo ao setor industrial característico de um processo de ajustamento externo.¹⁰

3 Distribuição Funcional da Renda

Assim como fizemos para a produtividade do trabalho, buscamos separar os principais grupos para analisarmos se as mudanças na distribuição funcional ocorreram de maneira homogênea entre os setores, ou se seguiram uma dinâmica compatível com o argumento explicativo desenvolvido anteriormente. Contudo, como o setor de *commodities* não agrega grande número de trabalhadores (em parte, por grande mecanização da Agropecuária no período, que levou a uma saída líquida de quase três milhões de trabalhadores), focamos nos três setores que absorvem a maior parte dos empregos.

Tabela 5 – Crescimento Anual Médio dos Lucros e Salários nos Três Principais Setores de Análise

	2000-2004			2004-2007			2007-2013		
	Lucros	Salários	Δ	Lucros	Salários	Δ	Lucros	Salários	Δ
Indústria	12,1%	3,6%	8,5%	-1,0%	5,3%	-6,3%	-7,3%	4,1%	-11,3%
Comércio	21,6%	3,8%	17,8%	13,2%	10,4%	2,8%	10,8%	8,1%	2,7%
Outros Serviços	0,2%	2,9%	-2,6%	19,2%	6,5%	12,7%	13,0%	6,1%	6,8%
Agregada	3,7%	2,3%	1,4%	4,0%	6,5%	-2,5%	3,0%	5,5%	-2,4%

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A Tabela 5 nos indica que os resultados na distribuição funcional da renda aderem à hipótese explicativa levantada anteriormente. Em resumo, até 2004, a Indústria de Transformação ganhou espaço na economia ao mesmo tempo em que a queda da parcela de salários ligados à sua atividade puxava para baixo a remuneração do trabalho geral da economia, favorecendo a distribuição funcional da renda em

direção aos capitalistas. A partir de 2005 o processo se inverte, com aumento do *wage-share* industrial acompanhando a diminuição da participação do setor no Valor Adicionado Total da economia. O aumento da parcela dos salários na renda a partir de meados da década passada teve contribuição importante de outros dois setores, que também apresentaram o comportamento de correlação negativa

entre *wage-share* e participação no Valor Adicionado: o Comércio e alguns setores de Serviços¹¹ aumentaram sua participação enquanto apresentavam redução do *wage-share*.¹² Assim, o crescimento da parcela de salários na renda no Brasil a partir de 2004 decorreu tanto do aumento do *wage-share* do setor industrial – deve-se destacar que muito em razão da queda nos lucros – quanto do aumento da

participação de setores de maior nível de *wage-share*, como alguns Serviços e o Comércio, ainda que estes tenham apresentado estabilidade ou queda no indicador no período em que aumentaram suas participações no Valor Adicionado total da economia.

4 Conclusão

Nosso trabalho indica a hipótese de que o movimento que permitiu ao país retomar o crescimento econômico, baseado no afrouxamento da restrição externa por melhora nos termos de troca, nos incentivos ao consumo e no aumento da renda dos mais pobres, gerando um círculo virtuoso de crescimento, inclusão, consumo, elevação da demanda, investimento e assim por diante, foi o mesmo que gerou uma especialização da economia em setores não comercializáveis, como Serviços e Comércio – de menor nível e crescimento da produtividade, de menores externalidades e poder de inovação tecnológica – e aqueles baseados em recursos naturais – de pouco valor agregado, baixa absorção de trabalho e de alta volatilidade em relação ao setor externo.

Desta forma, se o início dos anos 2000 foi marcado por uma certa estagnação da economia brasileira, que mantinha parte importante de sua população na extrema pobreza ou perto dela, mas ao mesmo tempo apresentava elevação da sua

lucratividade e melhor desempenho relativo do setor industrial, em 2013 o país se encontrava na véspera da maior recessão econômica de sua história, tendo passado por um grande período de euforia, parcialmente justificável pela melhora nas condições de vida dos mais pobres. Este interim foi marcado pela ampliação do mercado doméstico, pela expansão de setores mais intensivos em trabalho e de menor remuneração, pelo aumento dos investimentos e pela perda de dinamismo da Indústria de transformação, fatores que traziam consigo os limites para a euforia observada.

Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Sistema de contas nacionais: Brasil: 2010-2013*. Rio de Janeiro, 2015.

_____. *Contas nacionais trimestrais*. Rio de Janeiro, 2016.

KALDOR, N. Economic growth and the verdoorn law: a comment of mr. rowthorn's article. *The Economic Journal*, v. 85, p. 891-896, 1975.

MIGUEZ, T. *Evolução da formação bruta de capital fixo na economia brasileira 2000-2013: uma Análise multissetorial a partir das matrizes de absorção de investimento (MAIs)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Measuring capital OCDE manual*. 2. ed. Paris, 2009.

STEINDL, J. *Maturity and stagnation in American capitalism*. NYU Press, 1952.

THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of the international growth rate differences. *PSL Quarterly Review*, v. 32, n. 128, 1979.

_____.; HUSSAIN, M. N. The balance of payments constraint, capital flows and growth rate differences between developing countries. *Oxford Economic papers*, v. 34, n. 3, p. 498-510, 1982.

- 1 O presente resumo é baseado em parte da dissertação de conclusão de curso de mestrado a ser defendida no segundo semestre de 2017.
- 2 Além dos índices INCC para os bens de construção, e IPA-M para máquinas e equipamentos e outros ativos para trazer a valores correntes.
- 3 Uma vez que para o cômputo do estoque de capital pelo MEP em t , é necessário informações de FBCF desde $t - 40$. Isso pois consideramos que o tempo de depreciação completa de investimentos em Construção é de 40 anos.
- 4 Os resultados para a Administração Pública encontram-se aqui apresentados apenas para referência. Como expresso anteriormente, não se leva em conta tal setor na análise da lucratividade setorial.
- 5 Com superávits nas transações correntes entre 2002 e 2009, e na balança comercial entre 2001 e 2013.
- 6 Um outro elemento que aponta nesta direção é o comportamento da utilização de capacidade instalada. A utilização do setor Agrícola é mais elevada que a do setor de Empresas não agropecuárias desde 2001, e o de Outros Serviços cresce continuamente e se destaca desde 2007.
- 7 Ressalta-se aqui que Kaldor (1975) não encontra relação entre crescimento do setor comercial e crescimento de sua produtividade do trabalho, como já apresentado anteriormente. No entanto, nossas estimativas para o período em questão indicam que, com exceção do setor de Extrativa Mineral, o Comércio foi aquele que apresentou maior crescimento da produtividade do trabalho, sendo seguido pela Agropecuária e, em se-

guida, mas com magnitude consideravelmente menor, pelos Serviços. Portanto, reforçando o caráter especulativo da possibilidade de ganho de escala nesses setores, considera-se que há algumas sugestões empíricas no trabalho que viabilizam tal hipótese.

- 8 O argumento vai no sentido de que, se um país enfrenta dificuldades de equilibrar seu Balanço de Pagamentos (BP) quando expande sua demanda, esta deverá ser freada antes que sua taxa de crescimento máxima de curto prazo seja atingida para que as importações diminuam, de forma que a capacidade instalada nunca é plenamente utilizada, desencorajando novos investimentos, reduzindo o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, a produtividade e a competitividade externa dos produtos daqueles país, tendendo a piorar ainda mais o BP, gerando um círculo vicioso.
- 9 Em relação aos demais setores cujos produtos são ou não comercializáveis (e por isso, pouco afetados pelo câmbio) ou ligados a *commodities* (que tiveram grande elevação de seus preços, de forma a compensar a apreciação cambial).
- 10 Com apreciação cambial para diminuir os superávits e equilibrar a balança comercial.
- 11 Notadamente, Outros Serviços e TAC.
- 12 Ainda que, como indicado, seus níveis, em média, são maiores do que o total da economia, de forma que um aumento na participação de tais setores gera força no sentido de aumento do *wage-share*.

(*) Mestrando em Teoria Econômica - FEA/USP.
(E-mail: guilherme.klein.martins@usp.br).

Relatório de Indicadores Financeiros¹

NÚCLEO DE ECONOMIA FINANCEIRA DA USP – NEFIN-FEA-USP (*)

Em 02/jan/2012, foram (teoricamente) investidos R\$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada

em ações de empresas com alta razão “valor contábil-valor de mercado” e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção “Fatores de Risco”: <http://nefin.com.br/risk_factors.html>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short) (02/01/2012 - 14/07/2017)

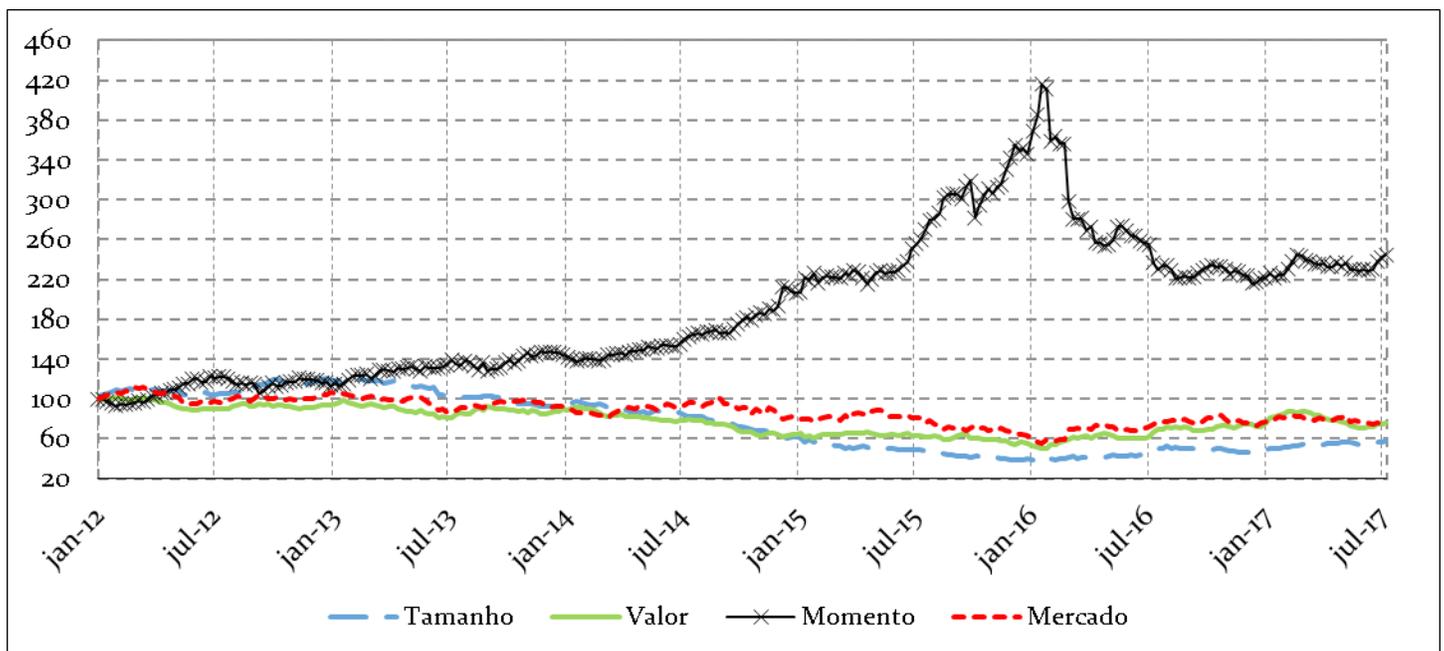


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	0,84%	1,89%	1,03%	4,67%
Mês Atual	2,21%	3,38%	3,16%	3,69%
Ano Atual	23,44%	6,72%	11,01%	4,75%
2010-2017	-43,92%	-32,52%	314,57%	-36,35%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aver-

são ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 14/07/2017)

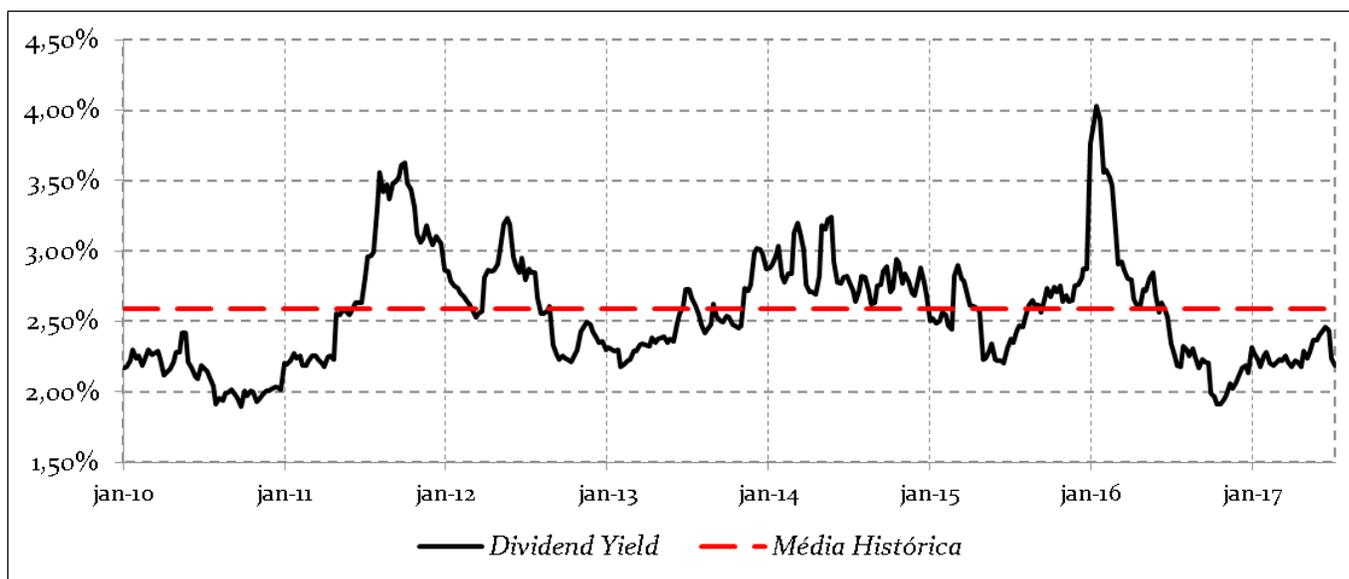


Tabela 2

Dez Maiores			Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	DTEX3	905,95	ESTC3	9,41
2.	LAME4	382,89	TUPY3	14,17
3.	MGLU3	301,57	MPLU3	16,37
4.	ANIM3	258,07	BBSE3	16,88
5.	MYPK3	227,32	CESP6	17,84
6.	GGBR4	218,56	ITSA4	19,07
7.	CVCB3	207,13	FLRY3	20,45
8.	NATU3	173,59	BRSR6	21,21
9.	TIMP3	163,81	POMO4	22,49
10.	RADL3	155,35	GRND3	22,68

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da

empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 14/07/2017)

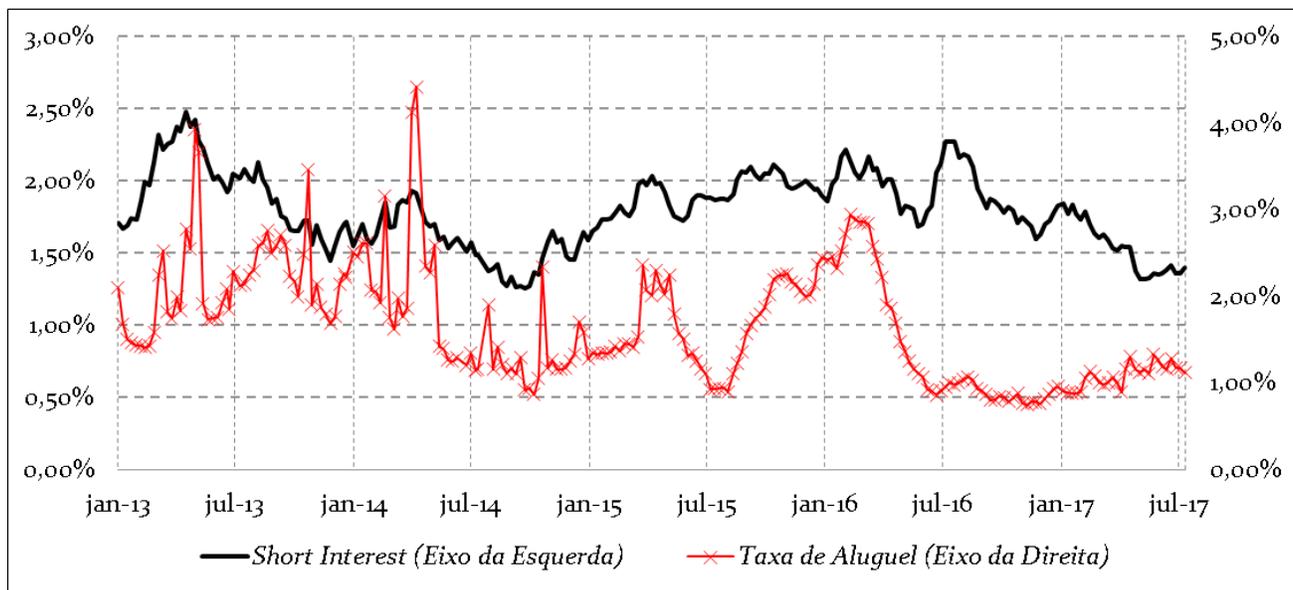


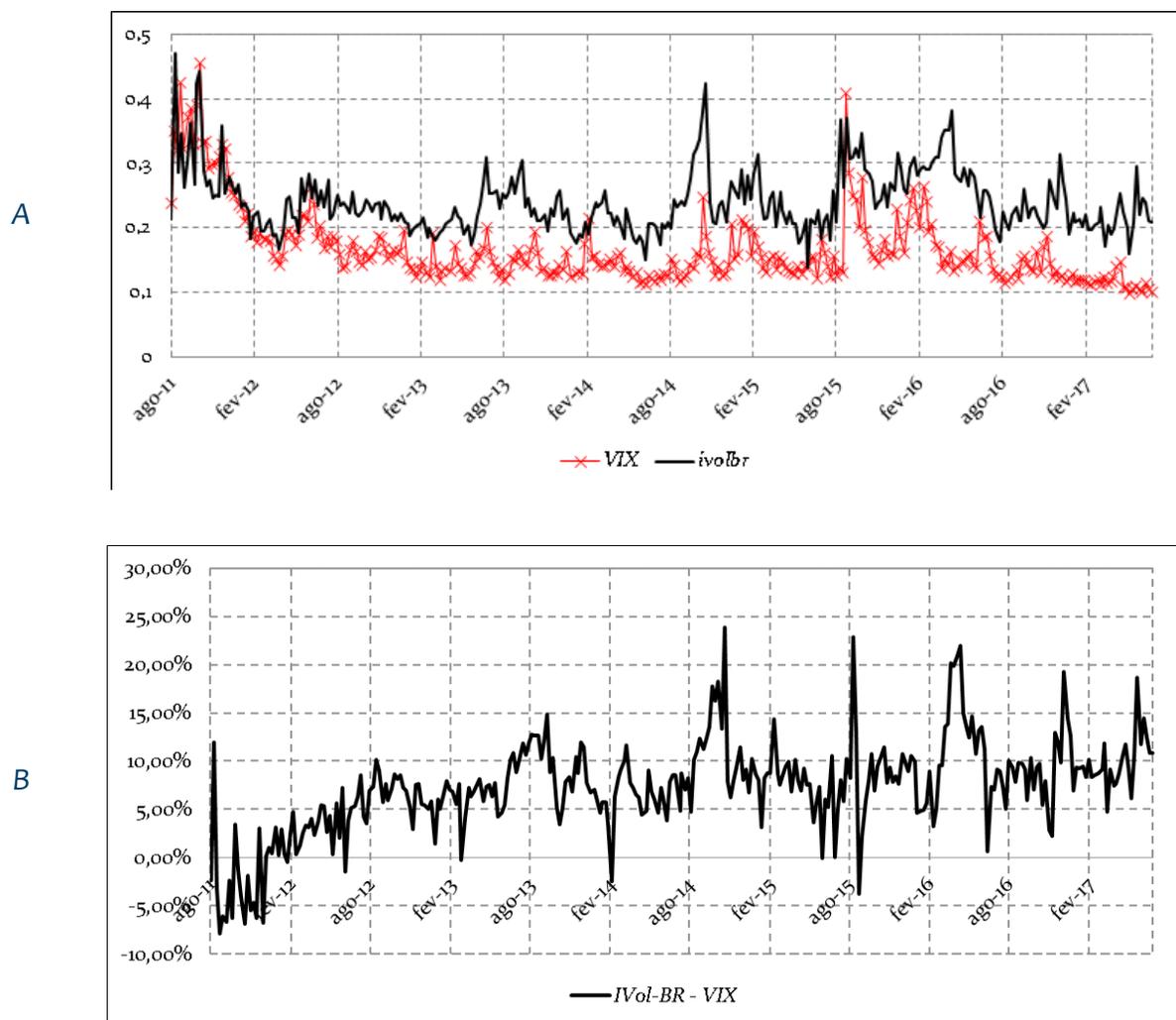
Tabela 3

Cinco Maiores da Semana				
Short interest			Taxa de Aluguel	
1.	USIM5	7,74%	PRML3	49,57%
2.	GOAU4	7,66%	MGLU3	35,88%
3.	ELPL4	7,22%	BPHA3	30,53%
4.	RAPT4	5,91%	RSID3	29,21%
5.	POMO4	5,84%	PDGR3	27,24%
Variação no short interest			Variação na taxa de aluguel	
1.	VLID3	0,79%	PRML3	9,79%
2.	BBRK3	0,55%	OGXP3	4,30%
3.	GFS3	0,45%	TCNO4	3,27%
4.	KROT3	0,38%	SHUL4	3,20%
5.	GGBR4	0,30%	BTTL4	2,50%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVES-PA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.

O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, apurando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção “IVol-Br”: <http://nefin.com.br/volatility_index.html>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 30/06/2017)



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionados pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte.

O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(*) <<http://nefin.com.br/>>.

economia & história



Ainda Sobre os Escravos Velhos: Novos Rumos e Fontes para a Pesquisa

LUCIANA SUAREZ LOPES (*)

Como mencionado no artigo anterior, publicado na edição de junho, nossa pesquisa sobre os escravos velhos continua. Contudo, o estudo do cotidiano escravista no Brasil do século XIX tem grandes limitações, pois não são muitas as fontes nas quais se pode encontrar relatos pormenorizados sobre o indivíduo escravizado. Geralmente, o que se encontra sobre essas pessoas e suas vidas são fragmentos, fragmentos de uma história não contada, informações espalhadas aqui e ali, registradas tendo em vista as necessidades burocráticas de um mundo de senhores brancos. Raramente o escravo era o centro da narrativa.

Com o passar dos anos, a escassez de fontes se agrava, já que muitas

dessas foram destruídas. Com a abolição e o advento da república, houve um esforço de apagar os registros da escravidão, como se a destruição dos papéis fosse também apagar nosso passado escravista, por muitos visto como vergonhoso e retrógrado. Como exemplos podemos citar os diversos registros de “voluntários” para a Guerra do Paraguai, destruídos ao longo do século XX; ou os genericamente descritos como “documentos relativos à escravidão”, ordenados a expurgo por Rui Barbosa logo no início da República.¹

Todavia, muitas fontes do período sobreviveram ao tempo, cabendo ao historiador econômico selecioná-las conforme sua adequação ao tema pesquisado. Com relação aos

escravos, ressaltamos novamente o caráter fragmentado das informações, espalhadas em diversas fontes documentais. Dentre essas, destacamos as *listas nominativas*, os *processos de inventário*, a *matrícula de escravos*, e os demais processos judiciais.

Nas *listas nominativas*, mais frequentes até a primeira metade do século XIX, o registro partia sempre do chefe do fogo, homem ou mulher livre, branco/a ou não, para em seguida serem listados os demais membros da família e os cativos que porventura habitassem o mesmo domicílio. Nos *processos de inventário*, os escravos aparecem descritos por fazerem parte do patrimônio dos falecidos, sendo as informações sobre eles diminutas,

limitando-se em muitas situações a apenas nome e cor, às vezes sendo indicada sua origem – africana ou crioula² – e idade, pelo menos até 1871, quando passa a ser obrigatória a anexação de uma cópia da matrícula dos cativos inventariados. A *matrícula dos escravos*, por sua vez, tendo sido instituída no contexto da Lei do Ventre Livre³, informava nome, idade, cor, origem, filiação, ocupação e aptidão para o trabalho, o que pode ser considerado um avanço em relação às poucas informações constantes dos inventários.

Dentre os diversos comentários positivos recebidos por nosso artigo por ocasião de sua apresentação no 8º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional,⁴ um nos chamou a atenção. Feito pelo professor Jean Hébrard da École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales, sugeria, con-

siderando se tratar de uma pesquisa em andamento, que as etapas seguintes do trabalho fossem planejadas tendo em vista uma certa mudança de foco. Para ele, seria interessante entrar na próxima fase de pesquisa pensando no escravizado como centro da narrativa, buscando identificar as possíveis estratégias de vida que possibilitaram àquele indivíduo condições de sobreviver ao regime escravista que lhe foi imposto, muitas vezes desde o seu nascimento.

Tendo em vista as considerações anteriores sobre a disponibilidade de fontes documentais sobre o elemento servil no Brasil imperial, planejamos mais uma etapa de coleta de dados, dessa vez no acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, no qual se encontram preservados, desde a reorganização do sistema de arquivos

do Poder Judiciário, um grande número de processos diversos e inventários, tanto do primeiro como do segundo ofícios da comarca de Ribeirão Preto.⁵

O número de processos é grande. Só as primeiras cem caixas contêm mais de 2.300, dos mais variados tipos: ações de cobrança, agravos, processos crime, apreensão de menores, autos de corpo de delito, licenças de casamento, entre outros. Dado o grande número de documentos, optamos por coletar, numa primeira etapa, aqueles processos nos quais aparecia explicitamente a indicação de que um dos envolvidos, fosse ele autor ou réu, possuía a condição de escravo. Seguindo tais critérios, foram selecionados dezenove processos, do período 1875-1888, distribuídos conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Processos Seleccionados – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, 1875-1888

Ano	Tipo de ação	Autor - Requerente	Réu - Requerido
1875	Corpo de Delito	-	Tomé (cadáver) escravo de Joaquim Antonio de Oliveira
1879	Auto de Corpo de Delito	Ignácio, escravo de José Augusto Alves Junqueira	-
	Interrogatório de Escravo	-	Sebastião, escravo de [Nuno] Alberto
1880	Justificação	João (escravo por seu curador)	Antonio Beraldo de Azevedo
	Manutenção de Posse	Antonio Beraldo Azevedo	Eleuteria - escrava
1882	Auto de Corpo de Delito	-	José, escravo de João Gomez do Val
1883	Arbitramento para Liberdade (valor da alforria)	Luzia de Francisco - escravos	-
1884	Arbitramento de Liberdade	Bernarda (escrava)	-
1885	Auto de Corpo de Delito	Barbara (escrava)	-
	Depósito	Barbara (escrava)	Fermino Olympio Dinis Junqueira
	Ação de Liberdade	Clothildes (escrava)	Antonio de Sales Barreto (proprietário)
1886	Ação de Liberdade	Rita - ex-escrava	Antonio Rodrigues de Paiva
1887	Tutela	Diogo Carlos Cardozo (Alferes)	Emmerenciana, Norberto e Victoria (filhos da preta escrava Justina e do escravo Theodoro)
	Licença para Casamento	Ephigênia - ex Escrava	-
1888	Prestação de contas do órfão	-	da órfã Maria, filha da escrava Ephigenia
	Licença para casamento	Leogildo de Mendonça Uchôa - Dr.	da órfã Thereza filha da ex-escrava [Eva]
	Licença de Casamento	Francisco Epiphany da Costa	Maria (órfã e filha da ex-escrava Caetana)
	Tutela	Francisco Augusto Pereira do Sacramento	Guilhermina (filha da ex-escrava Catharina)
	Licença para Casamento	Manoel José Alves da Palle	da órfã Maria (filha de Constância ex-escrava)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Os processos seleccionados já foram fotografados, e a análise de seu conteúdo deve ser iniciada brevemente. O fato de terem sido seleccionados não significa que de fato poderão ser incluídos na pesquisa sobre os escravos velhos, pois os dados disponíveis e que possibilitaram sua seleção não nos permitem verificar a idade dos cativos envolvidos. De todo modo, trata-se de mais uma etapa da pesquisa, estando essa etapa ainda em estágio preliminar.

Foi bom retornar como pesquisadora ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Fiquei um bom período sem pesquisar em seu acervo, cuja importância na minha formação acadêmica é inquestionável. Contudo, a situação atual do Arquivo é complicada. Uma mudança recente de prédio e a saída de vários funcionários colocaram um importante conjunto de fontes documentais em situação delicada. Mas esse é um tema que deixo para o próximo boletim.

1 Podemos encontrar referências a grande destruição de tais documentos em jornais e crônicas da época. Como exemplo, temos a notícia da incineração de papelmoeda presenciada pelo então Ministro da Fazenda Joaquim Murinho no final do século XIX, “[a] incineração das notas é feita numa das grandes fornalhas da máquina a vapor da alfândega, que estava colocada ao lado daquela em que foram incinerados os documentos relativos à escravidão”. (Jornal o Estado de São Paulo, edição de 12 de março de 1899, p. 2)

2 A palavra crioula aparece nas fontes documentais tanto indicando uma origem como uma cor. Sendo indicativo de origem, significava que o cativo havia nascido no Brasil, não sendo, portanto, de origem africana. Indicando uma cor, significava ser o indivíduo da cor parda, e não preta.

- 3 Lei número 2.040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, além de estabelecer serem todas as crianças nascidas de ventre escravo livres a partir da data de sua promulgação, estabelecia também uma série de regras e procedimentos concernentes à situação que se colocava, a existência de filhos livres de mães escravas vivendo nas fazendas, dentro dos plantéis de cativos, sem poderem ser separados de suas famílias, sendo, portanto, sustentados pelos senhores de suas mães. Ademais, a mesma lei criava o Fundo de Emancipação e a Matrícula de Escravos. Os recursos do Fundo seriam provenientes primordialmente da própria tributação sobre a propriedade cativa, sendo destinados a custear a libertação anual de um número variável de escravos, escolhidos com base numa lista classificatória feita a partir da Matrícula. Tal legislação pode ser consultada na íntegra em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em 17 de julho de 2017.
- 4 O encontro ocorreu entre os dias 24 e 27 de maio de 2017, na cidade de Porto Alegre.
- 5 Na época da reorganização do sistema de arquivos do poder judiciário, e graças a um esforço conjunto tanto do Arquivo Público como do Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto, foi possível manter em Ribeirão Preto, no acervo do Arquivo Público e Histórico, os inventários do primeiro ofício e a série de processos diversos tanto do primeiro como do segundo ofício. Os demais processos foram transferidos para Jundiá, onde se encontram até hoje.

() Professora Doutora do Departamento de Economia da FEA/USP.
(E-mail: lslopes@usp.br).*